



Universidade Federal
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ANA JÚLIA DANTAS DE SOUSA

**CURRALINHO (PB), DE SÍTIO A ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA:
MEMÓRIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO ALTO SERTÃO PARAIBANO (1981
– 2023)**

CAJAZEIRAS – PB

2024

ANA JÚLIA DANTAS DE SOUSA

**CURRALINHO (PB), DE SÍTIO A ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA:
MEMÓRIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO ALTO SERTÃO PARAIBANO (1981
– 2023)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Licenciatura em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a conclusão do curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lunara da Silva Morais.

**CAJAZEIRAS – PB
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

S725c	<p>Sousa, Ana Júlia Dantas de. Curralinho (PB), de sítio Assentamento de Reforma Agrária: memória e relações de trabalho no Alto Sertão Paraibano (1981-2023) / Ana Júlia Dantas de Sousa. – Cajazeiras, 2024. 79f. : il. Color. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Morais. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Reforma Agrária - Paulista - Município - Paraíba. 2. Assentamento Curralinho - Paulista - Sertão paraibano. 3. Agricultores - Associação - Assentamento Curralinho - Paulista - PB. 4. Estrutura agrária - Brasil. 5. Alto sertão paraibano. 6. Desapropriação. 7. Memória. 8. Relações de trabalho - Assentamento rural. I. Morais, Ana Lunara da Silva. II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU – 332.021.8(813.3)

ANA JÚLIA DANTAS DE SOUSA

**CURRALINHO (PB), DE SÍTIO A ASSENTAMENTO DE REFORMA
AGRÁRIA: MEMÓRIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO ALTO SERTÃO
PARAIBANO (1981 – 2023)**

Aprovado em: 26/04/2024

COMISSÃO EXAMINADORA

Ana Lunara da Silva Morais

Dra. Ana Lunara da Silva Morais
UFCG (orientadora e presidente da banca)

Israel Soares de Sousa

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa
UFCG (Examinador)

Lucas Gomes de Medeiros

Prof. Dr. Lucas Gomes de Medeiros
UFCG (Examinador)

Profa. Dra. Janaina Valéria Pinto
UFCG (Examinadora – Suplente)

**CAJAZEIRAS – PB
2024**

*Ao meu avô, Edivaldo Pereira de
Melo (in memoriam), dedico.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por nunca me abandonar, ser meu pai fiel e protetor, que me ama e sempre me amparou nos momentos que pensei em desistir, onde achei que as atribuições da vida iriam me vencer. Deus tudo pode.

A minha mãe, Amélia, por sempre me aconselhar e nunca soltar minha mão quando mais preciso de ti. Ao meu pai, João Bosco, que mesmo sem intenção ou perceber, me mostra que quem está ao nosso lado nas trincheiras é mais importante do que a própria guerra. Ao meu irmão, Edivaldo Neto, obrigada por ser exatamente como és, sem você, nada sou. Ao meu amigo, companheiro e amor, Heytor, obrigada por me apoiar em todos esses anos, é lindo dividir a vida com você.

A minha avó Maria José (Neguinha), por todo apoio, cuidado e carinho. As minhas tias/mães, Ana Angélica, Adilma e Ada, sou imensamente grata por tê-las em minha vida. A Lan Pisador, por sempre me ajudar, muitas vezes acordando as 4:00 da manhã para que eu fosse pegar o ônibus em Pombal – PB. Aos meus primos/irmãos, Ana Raquel, Felipe, Pablo, Jéssica, Ana Evelyn e Ana Alice, por todos os momentos vividos.

Aos amigos que a Universidade me apresentou, em especial: Ana Raquel, Werica, Gabriely Késia, Lucas, David, Eduardo, Ranieri, Izabela, Valdyleide, Érica, Davi, Edimilson e Vitória Duarte, essa jornada tornou-se mais leve com vocês ao meu lado.

A todos os professores e professoras do Curso de História do CFP que de alguma forma contribuíram para minha formação, em especial a Camila Correa, Francisco Neto, Rodrigo Ceballos, Isamarç Gonçalves, Osmar Filho, Silvana Vieira, Israel Soares e em especial, a minha querida orientadora, Ana Lunara, obrigada por toda orientação, por todas as aulas, por ser essa mulher e professora prestativa, que trouxe inúmeras contribuições para esta pesquisa.

Agradeço a Giseli Farias e sua família por me receberem em sua casa, sempre tirar minhas dúvidas, me auxiliar, incentivar e colaborar com essa pesquisa, espero um dia poder retribuir o que fizeste por mim. Sou imensamente grata pela participação dos Assentados do PA Currealinho, sem vocês essa pesquisa não teria o mesmo significado. Por fim, agradeço a todos que de alguma forma estiveram presente na minha vida e contribuíram para que cada palavra dessa fosse escrita. Meu muito obrigada.

*“Deus fez a grande natura
Com tudo que ela tem,
Mas não passou escritura
Da terra para ninguém*

*Se a terra foi Deus quem fez
Se é obra da criação
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão.*

*Esta terra é desmedida
E com certeza é comum,
Precisa ser dividida
Um tanto pra cada um.”*

*Versos do poema “A Terra é Nossa”, de
Patativa do Assaré*

RESUMO

O Brasil, atualmente, é considerado um dos países onde há uma maior concentração de terra. Esta concentração está presente neste território desde o período em que estava ocorrendo a chamada “colonização”, onde esta prática foi perpassando até a contemporaneidade por meio de algumas adaptações. Formas de lutas e resistências foram surgindo ao longo dos anos, como as chamadas “Ligas Camponesas”, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que ao buscarem uma sociedade mais justa e igualitária, organizaram os trabalhadores rurais para reivindicar direitos básicos como: acesso à terra, moradia e por Reforma Agrária. Dessa forma, procura-se analisar as mudanças que aconteceram no sítio Curralinho, considerada uma das maiores propriedades da região, localizada no município de Paulista, no Alto Sertão Paraibano, entre o período de 1981, ano em que seu proprietário faleceu, e o ano de 2023. Problematizou-se as transformações que aconteceram no local após a sua desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 2003 e a implantação de um Projeto de Assentamento (PA), e como este fato veio a impactar a vida dos trabalhadores rurais que vieram a ser assentados no local. Esta pesquisa, além do cruzamento de fontes, como atas das reuniões da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho (AAAC, Paulista – PB) e dados da CPT e do INCRA, balizou-se nos métodos utilizados pela História Oral, tentando analisar a partir das Memórias dos sujeitos envolvidos este processo. Dialogou-se, sobretudo, com os seguintes autores: José de Souza Martins (1999), Bernardo Mançano Fernandes (2004), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Giordan Silva de Oliveira (2013), Lucilia Delgado (2010), Michel Pollack (1992), Emília Moreira e Ivan Targino (1997), entre outros.

Palavras-chave: Curralinho; Alto Sertão Paraibano; Desapropriação; Memória; Relações de Trabalho.

ABSTRACT

Brazil is currently considered one of the countries with the highest concentration of land in the world. This concentration has been present in this territory since the period of colonization, where this practice has continued into contemporary times through some adaptations. Forms of struggle and resistance have emerged over the years, such as the so-called “Ligas Camponesas”, and as Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) and the Comissão Pastoral da Terra (CPT), which, by seeking a more fair and egalitarian, they organized rural workers to demand basic rights such as: access to land, housing and Agrarian Reform. In this way, we seek to analyze the Currálinho site, considered one of the largest properties in the region, located in the municipality of Paulista, in the Alto Sertão Paraibano, between the period of 1981, the year in which its owner died, and the year 2023. The transformations that took place at the site after its expropriation by Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) in 2003 and the implementation of a Settlement Project (PA) were discussed, and how this fact impacted the lives of rural workers who came to be settled at the site. This research, in addition to crossing sources, such as minutes of meetings of the Associação dos Agricultores do Assentamento Currálinho (AAAC, Paulista – PB), was based on the methods used by Oral History, trying to analyze from the Memories of the subjects involved in this process. It is discussed, above all, with the following authors: José de Souza Martins (1999), Bernardo Mançano Fernandes (2004), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Giordan Silva de Oliveira (2013), Lucilia Delgado (2010), Michel Pollack (1992), Emília Moreira and Ivan Targino (1997), among others.

Keywords: Currálinho; Alto Sertão Paraibano; Expropriation; Memory; Labor Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Estado da Paraíba, em destaque está o município de Paulista – PB.....	25
Figura 2 – Casa Sede do Curralinho	51
Figura 3 – Placa referente ao centenário do nascimento de Joel Dantas e Julieta Medeiros ..	52
Figura 4 – Engenho	52
Figura 5 – Engenho: outro ângulo	53
Figura 6 – Engenho: parte interna.....	53
Figura 7 – Açude velho.....	54
Figura 8 – Açude conhecido como: Açude da Paiva ou Açude Novo.....	54
Figura 9 – Antiga Caixa d'água da Casa Sede.....	55
Figura 10 – José Adonias e Josefa	55
Figura 11 – Ana Angélica, Adilma e Amélia: em frente à Casa Sede.....	56
Figura 12 – Edivaldo e Ana Angélica.....	56
Figura 13 – Escola Municipal do Curralinho.....	57
Figura 14 – Entrada do Assentamento.....	57
Figura 15 – Casas da Agrovila.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – NÚMEROS REFERENTES A AVALIAÇÃO.....	40
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAC	Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho Paulista – PB
CAAASP	Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
HA	Hectares
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUPEHT – RO	Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Trabalho e Educação da Universidade Federal de Rondônia
PA	Projeto de Assentamento
PL	Partido Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: BREVE ANÁLISE ACERCA DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO BRASIL E A LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA	17
CAPÍTULO 2: ENTRE A MORADA E A DESAPROPRIAÇÃO	28
2.1 ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	28
2.2 RELAÇÕES DE TRABALHO NO CURRALINHO: A MORADA	31
2.3 CHEGADA DA REFORMA AGRÁRIA EM PAULISTA – PB.....	37
CAPÍTULO 3: VIVÊNCIAS NO ASSENTAMENTO CURRALINHO	43
3.1 A CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO.....	43
3.2 MUDANÇAS AO SER ASSENTADO	47
3.3 A HISTÓRIA ATRAVÉS DE IMAGENS	51
FONTES	61
ATAS DE REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO CURRALINHO (AAAC PAULISTA – PB).....	61
DOCUMENTOS	63
ENTREVISTAS	63
SITES E BLOGS.....	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	69
ROTEIRO DE ENTREVISTAS	69
TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	71

INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa se debruça sobre as mudanças que ocorreram no sítio Curralinho, localizado no município de Paulista, Paraíba, após a sua desapropriação. Este fato em si ocasionou rupturas no local, pois o mesmo passou a ser um Assentamento de Reforma Agrária, nos moldes das reformas que são realizadas no Brasil.

Durante a Graduação no Curso de História, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, os discentes devem cursar quatro Disciplinas referentes à Projeto de Pesquisa, onde um Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser elaborado, tendo em vista que os discentes precisam defender um TCC, o qual deve ser aprovado, requisito obrigatório para conclusão do curso.

Durante essa jornada acadêmica, esse tema de pesquisa me interessou e me inquietou, sobretudo, após a leitura do livro “O Arrayal Queimado do Paulista”, do autor Guttemberg Pereira de Farias (2018), tendo em vista que do ponto de vista historiográfico, esse livro apresentava lacunas referente ao Sítio Curralinho, em especial, ao processo de desapropriação e aos impactos causados no lugar e nos envolvidos, no caso, os trabalhadores rurais. Desse modo, este trabalho visa suprir esta lacuna historiográfica.

Desde o princípio buscava-se entender a organização do local feita por seu antigo dono, o Sr. Joel Dantas, que faleceu no ano de 1981. Após seu falecimento, a propriedade do Curralinho foi passando para os herdeiros, sempre possuindo a figura de um gerente que deveria cuidar do local, e gerenciar as atividades dos antigos moradores. Como será discutido e analisado a partir dos documentos e das fontes orais, o Curralinho tornou-se uma das propriedades com maior extensão territorial da região, tendo no momento de sua desapropriação cerca de 1.227 hectares.

No município de Paulista, existem atualmente dois Assentamentos de Reforma Agrária, o Curralinho e o Paxicu, que foram propriedades desapropriadas na mesma época. As razões que levaram a escolha do Curralinho possuem também motivos pessoais, tendo em vista que o meu bisavô, José Adonias, foi um dos gerentes do local e ficou no sítio por muitos anos, como será apresentado na pesquisa.

A Questão Agrária, ocupa no cenário brasileiro um espaço importantíssimo, mas um espaço que está sempre em debate, tendo em vista que é um tema envolvido com disputas de poderes. De um lado, há os grandes latifundiários, que ocupam lugares importantes e privilegiados no Brasil, como o Congresso Nacional e o Legislativo. Do outro lado há os trabalhadores rurais, que historicamente compõem uma classe menos privilegiada, mas que nas

últimas décadas estão se organizando para que se possam obter uma melhor qualidade de vida a partir de direitos básicos, como segurança alimentar, moradia, terra para plantio, logo, dignidade. Os embates ocorrem quando os mais favorecidos, neste caso, os latifundiários, e seus apoiadores, se veem sendo pressionados por trabalhadores rurais mobilizados, através, principalmente, dos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para que comece a acontecer uma desconcentração da terra, concentração esta que ocorre desde o primeiro contato dos europeus invasores com os povos nativos que habitavam este território que hoje chamamos de Brasil. Em contrapartida, muitos desses trabalhadores que estão à frente de movimentos sociais são brutalmente assassinados, por reivindicarem um direito básico.

O governo brasileiro até os dias atuais não implementou uma Reforma Agrária, justamente pelo peso que a elite agrária possui nas articulações políticas no país, mas, os movimentos utilizam-se da desapropriação de propriedades e criação de Assentamentos como uma forma alternativa de realização de Reforma Agrária. Desse modo, observa-se a estreita relação entre a situação do sítio Curralinho e a questão agrária brasileira.

As fontes analisadas e utilizadas nessa pesquisa foram disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela Comissão Pastoral da Terra Sertão PB (CPT-Sertão PB), e pela Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho (AAAC). Além disso, também foi utilizado como metodologia nessa pesquisa a História Oral e sua relação com a Memória dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, foram realizadas entrevistas, a partir da metodologia da História Oral, com os assentados do Assentamento Curralinho, e com pessoas que tiveram algum vínculo com o local, como uma das filhas de José Adonias, já que o referido senhor já havia falecido no momento de realização desta pesquisa. A utilização da História Oral, assim, foi importantíssima para que esta pesquisa pudesse ser realizada, buscou-se sempre utilizá-la de forma ética, seguindo todos os preceitos e cuidados exigidos pela comunidade acadêmica.

Dessa forma, é importante destacar a relevância do referido trabalho, tendo em vista que busca problematizar a criação de um Projeto de Assentamento (PA), na cidade de Paulista, que fica localizado no Alto Sertão Paraibano, levando em consideração a concentração fundiária existente no país. O recorte cronológico da pesquisa tem início no ano de 1981, ano em que o proprietário do Curralinho, Joel Dantas, faleceu, até o ano de 2023. Dialogou-se, para tanto, com autores como José de Souza Martins (1999), Bernardo Mançano Fernandes (2004), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Giordan Silva de Oliveira (2013),

Lucilia Delgado (2010), Michel Pollack (1992), Emília Moreira e Ivan Targino (1997), entre outros.

No primeiro capítulo, intitulado “Breve análise acerca da estrutura agrária no Brasil e a luta pela terra na Paraíba”, discutiu-se a questão da concentração fundiária no Brasil, dialogando com diversos autores, analisamos as raízes históricas dessa concentração que também está presente do Estado da Paraíba, e como os trabalhadores rurais desse Estado acabaram organizando-se para que houvesse uma luta pelo acesso à terra.

No segundo capítulo, intitulado “Entre a morada e a desapropriação”, problematizamos a questão das relações de trabalho existentes no Currálinho, que era o sistema de moradores, e o como o lugar acabou sendo desapropriado pelo INCRA, levando em consideração a memória dos sujeitos envolvidos.

No terceiro capítulo, intitulado “Vivências no Assentamento Currálinho”, pesquisamos a criação do Projeto de Assentamento Currálinho, como esses assentados foram se organizando enquanto uma comunidade. Também foi discutida a questão da criação da Associação dos Agricultores do Assentamento Currálinho e as mudanças que aconteceram na vida desses trabalhadores após serem assentados.

CAPÍTULO 1: BREVE ANÁLISE ACERCA DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO BRASIL E A LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA

O ano de 2023 foi marcado com importantes acontecimentos políticos iniciados com a derrota de Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais de 2022, e a volta ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Este fato por si só traz questões emblemáticas, como a primeira não-reeleição de um presidente da República desde 1998, e uma mudança nas concepções ideológicas na governança do Brasil, tendo em vista que estes são dois polos totalmente antagônicos.

Com a volta do presidente Lula ao poder ressurgiu uma antiga esperança de que agora seja realizada a tão sonhada Reforma Agrária, sonho que também foi idealizado em 2003 e na sua reeleição em 2007, mas que no período de seus primeiros dois mandatos acabou não sendo realizada. Paulo Teixeira (PT), que atualmente é o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar acabou anunciando em abril de 2023 que haveria uma retomada por parte do governo do programa de Reforma Agrária e de regularização fundiária no país, a fim de que se possa evitar possíveis conflitos no campo e invasões de terras. Além disso, foi destacado que o governo irá mudar o modelo de assentamento, para que sejam mais sustentáveis e que ofereçam serviços públicos e de assistência técnica.¹

Outra questão importante foi a criação de mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que busca investigar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esta CPI teve início com um requerimento do deputado Tenente Coronel Zucco (Republicanos – RS), tendo os membros da bancada ruralista como apoiadores, sendo instalada após a primeira sessão da comissão no dia 17 de maio de 2023, com o objetivo de investigar invasões de terras por integrantes do MST, além de tentar apurar seus supostos financiadores.² No dia 15 de agosto de 2023, a comissão ouviu João Pedro Stedile, um dos principais líderes do MST, que é conhecido por defender ideias relacionadas à justiça social, igualdade de direitos e Reforma Agrária. Este líder afirma que essa CPI possui subjetividades, tendo como principal objetivo criar narrativas de extrema direita, além de tentar criminalizar movimentos sociais.³

¹ Ver matéria intitulada “Governo vai retomar programa de Reforma Agrária” publicada dia 26/04/23 pelo site Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/governo-vai-retomar-programa-de-reforma-agraria>. Acesso em: 22/08/23

² Ver matéria intitulada “Com Salles na relatoria, Câmara instala CPI para investigar invasões de terras pelo MST” publicada no dia 17/05/23 pelo site G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/17/camara-instala-cpi-para-investigar-atuacao-do-mst.ghtml>. Acesso em: 22/08/23

³ Ver matéria intitulada “Stedile desnuda circo da CPI do MST para criminalizar 500 mil famílias assentadas” publicada no dia 17 de agosto de 2023 pelo site do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/08/17/stedile-desnuda-circo-da-cpi-do-mst-para-criminalizar-500-mil-familias-assentadas/>. Acesso em: 22/08/23.

Porém, segundo Fernandes (2012), são as ações do MST que têm contribuído para que o tema da Reforma Agrária esteja sendo pauta política do governo brasileiro.

Analisando esses dois fatos citados acima, é notório que o problema referente à concentração de terras ainda persiste no Brasil, e que apesar de haver promessas de que a Reforma Agrária será realizada, isto está no meio de dois polos opostos no cenário político brasileiro. Levando isto em consideração, há uma vasta bibliografia publicada sobre o assunto, sendo essencial continuar a discussão para que haja uma maior compreensão acerca do tema, pois a questão da Reforma Agrária é algo que ainda está em constante debate, um problema que ainda não foi resolvido, e continua deixando a mercê muitos brasileiros e brasileiras que dependem da terra para ter o básico de uma vida digna.

O Brasil encontra-se entre as nações mundiais em que há mais desigualdade social, e essa desigualdade encontra-se também no que se refere à estrutura fundiária. Miguel Carter (2010) afirma que a má distribuição de riquezas possui profundas raízes históricas. Carter ainda destaca que:

A atual estrutura agrária tem raízes profundas na história do país. Ela foi forjada durante o período colonial, com a concessão de extensas sesmarias a famílias portuguesas privilegiadas e a instituição de um regime de trabalho baseado na escravidão. A acentuada assimetria fundiária foi mantida posteriormente sob diferentes sistemas políticos: império, república oligárquica, governo militar e democracia política (Carter, 2010, p. 36).

Com isso, é possível perceber que as desigualdades presentes em nosso país não são algo recente, por mais que ainda esteja presente atualmente. Essas desigualdades estão perdurando com o passar dos séculos e de regimes políticos. No que se refere à questão agrária, autores como Bernardo Mançano Fernandes (2004) afirmam que entendê-la é um dos maiores desafios que um pesquisador pode tentar fazer, principalmente os pesquisadores das Ciências Humanas. Esse desafio se daria em decorrência da amplitude e complexidade do tema, que acaba ganhando inúmeras interpretações e muitas possibilidades de leituras. Contudo, sua interpretação é possível, desde que haja uma análise minuciosa e com uma postura objetiva.

Levando em consideração o que Carter (2010) apresenta, é possível compreender que este é um problema que vem perdurando desde o período colonial. A colonização do Brasil foi algo problemático, sendo considerada como uma invasão estrangeira se analisarmos do ponto de vista dos povos indígenas (Alentejano, 2015). Dessa forma, por meio do sistema de sesmarias, grandes extensões de terras eram distribuídas aos sesmeiros, súditos da Coroa

Portuguesa, e teria continuado a influenciar as relações de propriedade ainda no século XXI (Fernandes *et al*, 2012). Dessa forma, é importante destacar que, segundo Moreira e Targino:

A concessão de sesmarias foi suspensa em 17 de julho de 1822 e em 18 de setembro de 1850 foi aprovada a Lei 601, conhecida como Lei de Terras de 1850. Esta lei tinha por pressuposto básico a mercantilização da terra. A partir dela o acesso à terra limitava-se a quem tivesse condições de adquiri-la (Moreira; Targino, 1997, p. 49).

Com a Lei de Terras de 1850, não havia mais a concessão de terras feita pela Coroa Portuguesa, transformando-a, portanto, em mercadoria. Essa Lei acabou impactando na organização e distribuição de terras no país, introduzindo mudanças importantes em relação à propriedade da terra, como a regularização das terras em todo o Brasil. Com isso, após 1850 a terra passou a ser comercializada, entrando na lógica do sistema capitalista. Fernandes (1999) irá acrescentar que a formação das fazendas e dos latifúndios aconteceram após o processo da grilagem, que consistia na apropriação por meio de falsificação de documentos de terras devolutas, além de impactar as populações indígenas, uma vez que não reconheceu seus territórios, fazendo com que essas populações originárias ainda tenham que lutar por seus territórios e direitos atualmente.

Com relação ao Estado da Paraíba, local onde se situa essa pesquisa, a colonização e distribuição de terras não foi diferente do restante do país, como nos afirma Oliveira e Miranda:

A Paraíba é um estado litorâneo que teve a organização e a expansão do seu espaço agrário atrelado aos interesses da cana-de-açúcar. O conhecimento das dinâmicas agrárias, ao longo da história desse estado, é de fundamental importância para as análises atuais de suas relações de trabalho e econômicas que envolvem o seu espaço agrário. O Sertão paraibano, mesorregião desse Estado, é caracterizado por uma histórica concentração de terras onde ainda se perpetuam antigas relações de trabalho submissas aos latifundiários como: sistemas de moradores, arrendatário e meeiros (Oliveira; Miranda, 2019, p. 02)

Apesar da ocupação do Estado ter sido iniciada a partir do litoral e com a forte presença do Engenho de cana-de-açúcar, essa ocupação foi expandindo-se para “os sertões”. Inicialmente o gado era criado em currais que faziam parte dos engenhos, porém, Moreira e Targino (1997) argumentam que as duas atividades acabaram sendo separadas em decorrência dos conflitos que passaram a ocorrer entre os lavradores e criadores, impulsionando a ocupação do sertão a partir da criação do gado. Dessa forma, a penetração para o interior do estado ocorreu através de trilhas que acompanhavam o percurso dos rios, sendo uma estratégia de sobrevivência, levando em consideração as condições naturais e climáticas da região. Os autores ainda destacam que “se no Litoral o Engenho foi a unidade fundamental da organização

social, econômica e cultural, na região semiárida foi a fazenda que desempenhou tal função” (Moreira; Targino, 1997, p. 70). De acordo com Moraes (2015), este foi um processo muito violento em decorrência dos conflitos que houve entre os colonizadores e os povos originários que já habitavam essa região. Dessa forma, esse processo acabou gerando um desenraizamento desses povos, e a formação de uma elite agrária. Moraes ainda aponta que:

Como outros sertões, esta espacialidade, como já vista, estava habitada por indígenas de diferentes nações: Corema, Panati, Icó-Pequeno, Pega e Cariri, que tinham na terra sua sobrevivência e, em defesa de seus territórios, passaram a fazer resistência aos novos entrantes, os colonizadores. Deu-se confronto entre culturas que gerou um intenso processo de ressignificação naturais da caatinga, a partir de suas experiências e esperanças (Moraes, 2015, p.163).

Dessa forma, é possível compreender que a concentração de terras é um processo histórico que esteve presente na história do Brasil, sendo considerado um dos países onde há uma maior distribuição desigual de terras, além dos problemas sociais, econômicos e políticos resultantes dessa concentração fundiária. Essa bruta colonização não se deu de forma pacífica, como afirmaria uma historiografia mais antiga. Com as novas produções historiográficas é possível identificar vários elementos que caracterizam uma forma de resistência por parte da população indígena, dos africanos que foram escravizados e dos trabalhadores rurais. Segundo Fernandes:

Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e consequentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo (Fernandes, 2001, p.01).

A década de 1930 foi um período marcado por mudanças significativas na estrutura econômica do Brasil, em decorrência da industrialização que estava ocorrendo nesse período. Esse processo foi impulsionado principalmente pelas transformações políticas e econômicas que ocorreram nessa época, incluindo o governo de Getúlio Vargas e a crise econômica global resultante da Grande Depressão. Após a Constituição de 1946, o Partido Comunista do Brasil (PCB) era legalizado, e passou a organizar os camponeses e trabalhadores rurais, o que gerou inúmeros conflitos no campo. Então, até a década de 1960 houve uma grande organização desses movimentos, e que no Nordeste brasileiro ficaria conhecido como as “Ligas Camponesas” (Oliveira, 2007).

O Estado brasileiro em muitos períodos acabava sendo uma representação de uma elite dominante, que sempre quis impor suas vontades ao restante da população, sem se importar com as consequências. Os latifundiários sempre tiveram muito poder de decisão, e apesar dos camponeses serem maioria, suas vontades e reivindicações não eram ouvidas, até que estas pessoas passaram a reivindicar seus direitos, para que tivessem uma vida digna e de qualidade. Além das Ligas Camponesas, outras formas de resistência também passaram a ser utilizadas, como as diferentes formas de associações e os sindicatos de trabalhadores rurais (Fernandes, 2001).

As Ligas Camponesas surgiram por volta de 1945 com a redemocratização do país após a ditadura de Getúlio Vargas. Sendo consideradas como uma forma de os camponeses se organizarem politicamente, resistindo à expulsão da terra. É possível notar que estas Ligas foram criadas em quase todo o país, e possuíam, como citado anteriormente, o apoio do PCB. Após a ilegalidade do Partido Comunista, as Ligas passaram a ser violentamente reprimidas, trazendo à tona episódios de violência nos campos brasileiros, sendo aniquilados em 1964 com o golpe civil-militar (Fernandes, 2001; Oliveira, 2007).

As Ligas realizavam passeatas, mobilizações, além de fazer severas críticas aos proprietários rurais a fim de trazer ao público toda a situação que vivia grande parte dos trabalhadores rurais do Nordeste. Após a desapropriação do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão - Pernambuco, com a luta e vitória dos trabalhadores de lá, por meio da ajuda do deputado estadual Francisco Julião (PSB), muitos trabalhadores rurais ficaram entusiasmados com o fato, aumentando ainda mais o número de participantes do movimento (Montenegro, 2003).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) ainda irá acrescentar que as Ligas Camponesas devem ser entendidas como um movimento nacional, onde os trabalhadores rurais eram submetidos a inúmeras desigualdades e injustiças que eram geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no país. O autor ainda destaca que:

Foi, portanto, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 40 a 60, que a luta pela Reforma Agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio (Oliveira, 2007, p. 106).

Uma verdadeira caçada foi realizada contra os líderes das Ligas Camponesas, mostrando a brutalidade desse sistema, e de como os trabalhadores rurais acabavam sempre sendo reprimidos, dessa vez, literalmente na base da violência, sendo registrados inúmeros

assassinatos. De toda forma, as Ligas Camponesas tiveram uma forte presença no Estado paraibano, principalmente no que se denomina de Zona da Mata, mas como o restante do país, acabou sendo desarticulada em 1964, devido ao golpe civil-militar, sendo apenas na década de 80, com a redemocratização do país, os movimentos de luta pela terra acabam reivindicando que o governo realizasse a Reforma Agrária.

A violência sofrida pelos líderes das Ligas Camponesas é muito bem retratada no filme intitulado “Cabra Marcado para Morrer”⁴, de 1984, dirigido por Eduardo Coutinho (1933 – 2014). O filme é considerado um marco no cinema documental e aborda questões sociais, políticas e históricas do Brasil. A sua trajetória é tão única quanto sua temática, pois ele acabou sendo interrompido e retomado após duas décadas. As primeiras filmagens iniciaram e tiveram que ser paralisadas no mesmo ano, quando o filme estava retratando a vida de João Pedro Teixeira, que foi um líder camponês assassinado por ordens de latifundiários em 1962. Essas primeiras filmagens contaram com a presença da viúva de João Pedro, chamada Elizabeth Teixeira, e de alguns de seus filhos. Entretanto, a família teve de se separar com a repressão do regime militar, e a solução encontrada por Elizabeth foi mudar de nome e deixar a maioria de seus filhos aos cuidados de sua família (Frigotto, 2022).

No entanto, em 1979, após a anistia política e o início do processo de abertura política, Coutinho retomou o projeto de “Cabra Marcado para Morrer”, transformando-o em um novo documentário. O documentário final é uma obra única e complexa, que intercala as cenas originais do filme inacabado do início dos anos 1960 com entrevistas com os mesmos personagens reais, muitos anos depois, narrando suas vidas e a história do Brasil desde o início da produção até os anos 1980. Isso cria um diálogo entre o passado e o presente, explorando as mudanças sociais, políticas e econômicas do país. Além de ser uma obra cinematográfica, o filme é também um importante registro histórico e uma análise crítica das desigualdades e injustiças sociais no Brasil, bem como das transformações políticas e culturais pelas quais o país e a Paraíba passaram.

Toda essa repressão que as Ligas Camponesas sofreram também teve fortes ligações com o contexto internacional que o mundo estava vivendo. Vale a pena acrescentar que este era um período denominado de “Guerra Fria”, que ocorreu após a II Guerra Mundial, e segundo Paulo Visentini (2000) teria um caráter ideológico. O autor ainda acrescenta que “adquire a dimensão de um conflito multifacetado, racionalmente explicável à luz das enormes

⁴ Filme lançado em 1984 sob direção do cineasta Eduardo Coutinho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4-HBPSqqonU>.

transformações que marcaram o século XX” (Visentini, 2000, p. 197). Nesse contexto, o globo estava sendo dividido entre países capitalistas e socialistas. De acordo com Montenegro (2003), depois da publicação de uma matéria no jornal norte-americano *The New York Times* por Tad Szulc⁵, os leitores não tiveram dúvidas de que uma revolta comunista estaria a caminho, e começaria pelo Nordeste com a liderança das Ligas Camponesas, e que isto se daria pelo nível de pobreza que estava gerando revolta na população. Dessa forma, os interesses dos EUA estavam sendo ameaçados, pois como a matéria afirmava que a revolução estava em curso e que teria como participantes os trabalhadores rurais, essa mesma revolução poderia muito bem espalhar-se para o restante do país.

Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) durante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a qual é a assembleia dos Bispos católicos romanos do país. A criação da CPT foi uma resposta à crescente preocupação da Igreja Católica com os conflitos agrários e a situação dos trabalhadores rurais durante um período de forte urbanização e desenvolvimento econômico no Brasil. Sendo, portanto, uma organização ligada a esta Igreja, e suas ações são inspiradas pelos princípios cristãos de justiça social e solidariedade. Bernardo Mançano Fernandes destaca que:

Em 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que surgiram durante o regime militar (Fernandes, 2001, p.06).

Sendo assim, a CPT surgiu como uma entidade vinculada à CNBB e teve como um dos seus principais objetivos a defesa dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores rurais, incluindo o acesso à terra, condições de trabalho dignas e justiça social. A comissão também se empenhou em monitorar e denunciar casos de violência no campo, atuando como uma voz em defesa das comunidades rurais marginalizadas, como faz até hoje.

Através de suas atividades pastorais e sociais, a CPT tem desempenhado um papel significativo na promoção da justiça agrária e na conscientização sobre os problemas enfrentados pelas populações rurais no Brasil. A Comissão também tem atuado na promoção de programas de educação, formação e assistência técnica para ajudar os trabalhadores rurais

⁵ Tad Szulc viajou pelo nordeste brasileiro e publicou a matéria no jornal *The New York Times*, intitulada “Pobreza no Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta” no dia 31 de outubro de 1960. Ele também produziu um documentário chamado “Brasil, the troubled land”, onde visitou o assentamento de Galileia, entrevistou Francisco Julião e Celso Furtado. Nunca foi exibido no Brasil, foi realizado para que os estadunidenses apoiassem uma possível intervenção no Brasil contra regimes comunistas que estaria crescendo justamente por conta da desigualdade agrária. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jWq4__898mg&t=1323s. Acesso em: 16 de abr. de 2024.

a conquistarem melhores condições de vida. É importante trazer a questão do surgimento da CPT para este trabalho, pois esta organização teve um importante papel na luta pela terra no Alto Sertão paraibano.

Moreira e Ferreira (2016) a Pastoral Rural da Igreja Católica também teve grande influência na luta pela terra na Paraíba e a partir de 1975, quando a CPT surgiu, esta teria tomado a frente. Posteriormente, sua atuação passou a ter contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ainda com relação à atuação da CPT na Paraíba, Moreira e Targino apontam que:

A postura da CPT na Paraíba tem-se pautado na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho não se resume ao simples “apoio à luta”. Ele é bem mais amplo e embute: a prestação de serviço de assessoria jurídica; a denúncia de violência; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores em conflito; a divulgação dos fatos e, nível local, nacional e internacional; a organização das romarias da terra; o trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores e uma assistência infra-estrutural (alimentação, transporte, colchões, lonas) por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica e cobertura financeira quando se faz necessário (Moreira; Targino, 1997, p. 306).

Parte da Igreja Católica teve uma forte participação com a luta por terra no Sertão paraibano, presença que era formada principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essa presença passou a ser solicitada cada vez mais no final da década de 1980 nos municípios de Jericó, Triunfo, Bonito de Santa Fé e Riacho dos Cavalos, que pediam a demarcação de terras em torno dos açudes públicos. Esses trabalhadores pediam a demarcação desses locais, pois haviam sido “griladas” pelos ex-proprietários, sendo considerado um marco da luta por Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano (Oliveira, 2013).

Apesar da existência das CEBs, neste mesmo período da década de 1980 é criada a Pastoral Rural, a partir do encontro deste primeiro grupo com a Pastoral Rural que vinha do estado de Pernambuco. Com isso, é importante ressaltar que a Pastoral Rural entrou em conflito com o Bispo de Cajazeiras, e em 1988 foi criada CPT-Sertão-PB com a ajuda da Diocese de Patos, e apoiada por Dom Gerardo Ponte (Oliveira, 2013). Na entrevista realizada no dia 18 de agosto de 2012 por Giordan Silva de Oliveira, a ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, Socorro Gouveia, relata que:

Então nós rompemos com a diocese, então a pastoral deixou de existir e passa a formar a CPT. Então a CPT foi criada a partir desse problema e o problema é que tinha que ter um bispo para assinar e a gente foi pedir apoio em Patos com Dom Gerardo Ponte, por isso que não podia ser a CPT de Cajazeiras e sim CPT Sertão. A CPT faz parte da linha 6 da CNBB e por isso ficou a CPT-Sertão (Oliveira, 2013, p. 75).

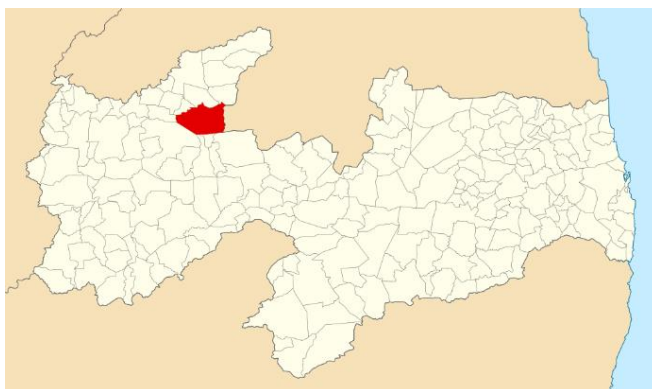
Dessa forma, é possível compreender que a CPT-Sertão-PB foi criada após as divergências que estavam acontecendo entre as lideranças do movimento pela luta por Reforma Agrária com o Bispo de Cajazeiras, pois este possuía uma posição conservadora no que dizia respeito ao movimento dos trabalhadores rurais, mostrando que a própria Igreja não é uma unidade uníssona. Além disso, é possível perceber que a luta por terra no Alto Sertão paraibano começa em locais de áreas públicas, como foi o caso de Jericó, e que além da terra, esses trabalhadores reivindicavam o acesso à água. O acompanhamento da CPT foi de suma importância para que estes camponeses pudessem ter uma ajuda para pressionar o governo no cumprimento dos seus direitos. (Oliveira, 2013).

Sobre a luta por terra, Oliveira destaca que:

A partir de 1995, o movimento passa a ter uma nova configuração, reivindicando a desapropriação de terras improdutivas de propriedade privada. A primeira ocupação em terras de propriedade privada, improdutivas no estado ocorreu em 1995 e é a partir daí que os protagonistas dessa luta passam a negociar com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Oliveira, 2013, p. 84).

É de suma importância ressaltar que a organização da luta por terra nessa mesorregião paraibana começou de forma tímida, reivindicando o acesso a terras que já eram do governo, e que não estavam sendo utilizadas, sendo, portanto, improdutivas. A luta pela desapropriação em áreas de terras privadas começou, posteriormente, no ano de 1995, como foi apresentado anteriormente. É nessa questão que se enquadra o município de Paulista – PB, que já nos anos de 2003 e 2004 tiveram duas propriedades privadas desapropriadas para fins de Reforma Agrária, que seria o Curralinho e o Paxicu, respectivamente.

Figura 1: Mapa do Estado da Paraíba, em destaque está o município de Paulista – PB



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulista_\(Para%C3%ADba\)#/media/Ficheiro:Brazil_Para%C3%ADba_Paulista_lo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulista_(Para%C3%ADba)#/media/Ficheiro:Brazil_Para%C3%ADba_Paulista_location_map.svg) Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulista_\(Para%C3%ADba\)#/media/Ficheiro:Brazil_Para%C3%ADba_Paulista_lo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulista_(Para%C3%ADba)#/media/Ficheiro:Brazil_Para%C3%ADba_Paulista_lo) cation_map.svg. Acesso em: 05/09/23.

Este município fica localizado no Alto Sertão paraibano, a 387,8 km da capital, João Pessoa, e possui aproximadamente 12.000 habitantes. O autor Guttemberg Farias (2018) propôs-se, apesar de não possuir uma formação em História, a escrever a história da cidade de Paulista – PB, abarcando desde o período em que o território era habitado pelos povos indígenas, em seguida ele acaba tratando da povoação desse sertão, procurando sustentar através de fontes documentais e dialogando com outros autores, que o município recebera este nome inicialmente por ter sido um “arraial” formado por Domingos Jorge Velho, o único paulista que havia estado na região, ainda no século XVII deixando marcas da sua povoação. Com isso, Farias aponta que:

Farta documentação comprova, no entanto, ponto fixo estabelecido por Domingos Jorge Velho no rio Piranhas, no final do século XVII, o que parece inquestionável, já que não havia como lidar com a ferocidade dos índios sem um abrigo para refúgio, evidenciando-se a criação de um arraial pelo sertanista (Farias, 2018, p. 53).

O autor traça uma linha cronológica acerca da cidade de Paulista, onde busca construir sua História, destacando o que para ele, são os pontos e fatos mais importantes, apontando ainda outros elementos como a influência da Igreja Católica e a organização política do local, entre outras questões. Com relação ao território que na contemporaneidade trata-se do Assentamento Currálinho, este teria sido dado em sesmaria ao capitão Miguel Machado Freire. O autor ainda destaca que “A fazenda Currálinho surgiu concomitantemente com o Arraial do Paulista. As notas cartorárias registram sua história e seus proprietários ao longo dos séculos, sejam adquiridas por herança ou por compra” (Farias, 2018, p. 97).

Com relação ao processo de desapropriação da propriedade no terceiro quartel do século XX, o autor não deixa muito claro como este processo teria ocorrido. Acredita-se que não era a intenção do autor se aprofundar no assunto, mas, chama a atenção que o mesmo tenha ignorado a questão da desapropriação que acabou beneficiando 40 famílias. Sobre a fazenda Currálinho, o autor diz que:

Diz Antônio Marques Sobrinho (Antônio de Zeca) que o Currálinho pertenceu, por último, ao senhor Bevenuto Saldanha, mas no ano de, [sic] a fazenda foi comprada pelo senhor Joel Adonias Dantas. O Currálinho de Cima englobava a fazenda chamada Paxicu, num total de mais de 2 mil hectares. Sob o comando de Joel Dantas e a administração de seu sobrinho José Adonias Dantas, o Currálinho e o Paxicu se tornaram as propriedades rurais mais produtivas da região de Paulista, e assim permaneceram durante décadas. Após seu falecimento, as fazendas foram desapropriadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e transformadas em assentamentos da Reforma Agrária (Farias, 2018, p. 98).

A partir desse trecho, é possível notar que o autor provavelmente utilizou da História Oral para conseguir algumas informações, mas, ainda assim, ficaram algumas lacunas, ou erros de digitação. É possível perceber este fato com relação ao ano que a propriedade teria sido comprada por Joel Adonias, que não aparece na referida citação. Outra questão é com relação ao período entre a morte do proprietário, Joel, e a desapropriação do Currallinho, uma vez que este, segundo informações do mesmo autor, faleceu no ano de 1981, mas a fazenda só veio a ser desapropriada no ano de 2003. Isso mostra que também há um intervalo de 22 anos entre os dois acontecimentos, a morte do proprietário e a desapropriação. Assim, embora Farias (2018) tenha escrito esses fatos como se fossem consecutivos, dois fatos consecutivos, observa-se uma grande lacuna entre os acontecimentos.

Considera-se importante pesquisar estes fatos, pois, não há pesquisas que tenham se debruçado sobre este processo. É importante historicizar este local, uma vez que não há outros trabalhos que se aprofundem no tema, e pela questão de trazer à tona algo que beneficiou a vida de muitas famílias que vieram a ser assentadas no local, através da desapropriação e da criação de um Assentamento de Reforma Agrária. Dessa forma, os próximos capítulos irão abordar o que teria acontecido com a propriedade após o falecimento do provável último proprietário da fazenda, as razões que levaram para que tal desapropriação ocorresse, e, por fim, como isto teria impactado na vida dos assentados. Portanto, é necessário que se faça uma contextualização acerca da questão agrária no Brasil e na Paraíba, trazendo os principais elementos desse problema que há décadas continua se perpetuando no país, que é a concentração fundiária.

CAPÍTULO 2: ENTRE A MORADA E A DESAPROPRIAÇÃO

2.1 ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Toda pesquisa realizada é desenvolvida a partir de escolhas que o pesquisador exerce para que se possa chegar à determinada conclusão, dessa forma, inúmeras escolhas foram tomadas durante a pesquisa acerca do Curralinho. Escolhas como: os autores que seriam lidos para ter um embasamento teórico acerca da temática, quais os principais conceitos seriam utilizados e qual método de pesquisa seria desenvolvido.

Dessa forma, é importante destacar dois conceitos fundamentais para essa pesquisa: “assentamento” e “memória”. Como foi discutido no capítulo anterior, “a questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial.” (Martins, 1999, p. 101), portanto, percebe-se que a questão agrária se tornou um problema estrutural do país.

Martins ainda nos informa que:

assentamento é a forma da redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer Reforma Agrária. Reforma Agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade. Pacto que só se torna eficaz através da mediação dos partidos políticos e no âmbito do possível. Isto é, no âmbito das concessões que as forças em confronto possam fazer para viabilizar uma transformação institucional e social necessária e inadiável em favor do bem comum. E não em favor dos interesses particularistas de uma classe, ou fração de classe, ainda que beneficiando-a de algum modo, seja ela de pobres ou de ricos (Martins, 1999, p. 107).

Com isso, percebe-se que por Reforma Agrária, compreende-se todo ato que busque a desconcentração da propriedade da terra, em especial, quando esta representa algum tipo de atraso nos interesses de uma sociedade. Dessa forma, Lucas Abreu Barroso aponta que:

desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária é atuação da vontade do Estado, mediante indenização, consistindo na retirada de bem de um patrimônio, em atendimento à composição, apaziguamento, previdência e prevenção impostos por circunstâncias que exigem o cumprimento de um conjunto de medidas que visem a melhor distribuição da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (Barroso, 2005, p. 166).

A memória é algo de grande relevância para esta pesquisa, pois através das memórias dos assentados foi possível compreender como ocorreu o processo de desapropriação do sítio Curralinho e como tal acontecimento acabou sendo vivenciado pelos sujeitos

envolvidos. A memória desempenha um papel fundamental em diversas atividades mentais, como aprendizado, pensamento, percepção e tomada de decisão. Segundo Lucília Delgado, “a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente.” (Delgado, 2010, p. 09). Ela permite que as pessoas usem informações do passado para interpretar o presente, planejar o futuro e aprender com experiências anteriores.

Dessa forma, Michel Pollack (1992) irá dizer que as memórias, sejam elas individuais ou coletivas, são construídas através de três critérios: personagens, acontecimentos e lugares. O autor enfatiza que os acontecimentos podem ser lembrados por pessoas que não necessariamente os tenha vivenciado, mas que podem ter sido experiências vivenciadas em grupo. Pollack indaga que:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (Pollack, 1992, p. 201).

Além disso, o autor destaca que a memória além de ser um fenômeno individual, ela também acaba sendo, por vezes, um fenômeno que deve ser entendido enquanto coletivo e social, ou seja, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.” (Pollack, 1992, p. 201).

Michel Pollack ainda afirma que a memória é seletiva, que nem tudo que se vivencia fica gravado ou registrado, contudo, a partir dos relatos dos depoentes, poderá se conhecer como é a vida no meio rural, e como estas pessoas lidam com as dificuldades e com os momentos de lazer. Além disso, o autor ainda destaca que há uma ligação muito estreita entre a memória e sentimento de identidade, pois “ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (Pollack, 1992, p. 204).

Com relação às fontes utilizadas para que a pesquisa fosse desenvolvida, é imprescindível destacar a importância que a História Oral exerceu pois, como afirma Delgado:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida (Delgado, 2010, p. 15).

Com isso, segundo Philippe Joutard (2000, p. 33) a História Oral acaba sendo importante por três atitudes: 1) ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; 2) dar visibilidade para as realidades “indescritíveis” e 3) testemunhar as situações de extremo abandono. Dessa forma, é possível perceber que esse tipo de fonte consegue representar pessoas, grupos, etnias, entre outros, que não apareciam em uma Historiografia anterior. Com isso, Lucilia Delgado conclui que:

Portanto, a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido – o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades (Delgado, 2010, p. 16).

Dessa forma, a História Oral foi uma das metodologias adotadas para o desenvolvimento dessa pesquisa. Com isso, a primeira etapa consistiu em submeter o projeto ao Comitê de Ética na Plataforma Brasil (*site* do governo federal), mas houve contínuas necessidades de ajustes na documentação solicitada, fazendo com que o prazo de apreciação fosse perdido, mas, toda a pesquisa seguiu os preceitos éticos exigidos, e todas os depoentes assinaram o Termo de Compromisso que está em Anexo. A seguir, planejou-se as entrevistas a serem realizadas com os assentados do Currálinho no próprio Assentamento. Para tanto, elaborou-se um roteiro de perguntas – também disponibilizadas em Anexo, onde os depoentes consentiram que houvesse as gravações e tendo conhecimento de que suas falas seriam utilizadas para fins acadêmicos –, o qual também teve como preocupação deixar os assentados mais à vontade. Depois, agendou-se um dia para realizar as entrevistas. Após esse momento, todas as gravações foram transcritas para que pudessem ser analisadas e comparadas com os demais documentos levantados nesta pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa foi uma busca e análise documental. Analisou-se o Livro de Atas da Associação dos Agricultores do Assentamento Currálinho (AAAC Paulista – PB), disponibilizado pelo Presidente da referida Associação, o Sr. José Manuel Pereira, para que a documentação pudesse ser analisada.

Também foi realizada pesquisa no acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – SERTÃO PB, que fica localizada na cidade de Cajazeiras – PB, onde muito gentilmente o material foi disponibilizado para consulta. Esse material diz respeito ao acervo em papel da Instituição, e sua consulta aconteceu no próprio local. Além disso, através do e-mail, foi realizado contato com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, explicando a referente pesquisa e houve como resposta, também por e-mail, a documentação

referente ao laudo da vistoria que foi realizada para que a propriedade viesse a ser desapropriada e os donos indenizados.

Portanto, este trabalho partiu do estudo do tema referente a questão agrária no Brasil e na Paraíba, analisando a desapropriação de uma propriedade na cidade de Paulista - PB, a partir de leituras de trabalhos acadêmicos realizadas, das entrevistas a partir do método da História Oral e do cruzamento de dados e informações obtidas em diferentes instituições como a CPT, AAAC Paulista – PB e INCRA. Com as informações obtidas a partir dessas Instituições é possível problematizar como aconteceu a formação do Assentamento e como esses trabalhadores vêm tentando conviver enquanto um grupo.

2.2 RELAÇÕES DE TRABALHO NO CURRALINHO: A MORADA

Analisando a questão das relações de trabalho que são desenvolvidas no Brasil, podemos perceber que estas refletem uma interação complexa entre legislação, práticas do mercado, mudanças sociais e econômicas, além de desafios específicos enfrentados pelo país, como a informalidade e a desigualdade social. A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT foi criada em 1943 pelo então Presidente Getúlio Vargas, através do Decreto – Lei n.º 5243 (Cezar, 2008). Levando isto em consideração, é possível estudar a legislação trabalhista que estabelece quais são os direitos e deveres tanto dos patrões como daqueles que são trabalhadores, prestando algum tipo de serviço. Além disso, busca garantir direitos básicos aos trabalhadores e estabelecer regras claras para as relações de trabalho no país.

Com relação aos trabalhadores rurais, estes foram conquistando direitos a partir de 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural. Este Estatuto garantiria direitos que os trabalhadores urbanos já haviam conquistado, também houve a criação de sindicatos em níveis estadual e federal, que buscavam os direitos dessa classe que acabava sendo marginalizada, sofrendo com os abusos de poder exercida pelos patrões (Dabat, 2012).

Dessa forma, é possível compreender que há em nosso país uma vasta possibilidade de relações trabalhistas, e isto também envolve o meio rural, o qual está relacionado diretamente com esta pesquisa. Existem algumas formas de desenvolver trabalhos no campo, como os “posseiros” que trabalham com a agropecuária através da ocupação de terras do governo. Os “parceiros” ou “meeiros” estabelecem algum tipo de acordo com o dono da terra, um fornece a terra e o outro a força de trabalho, e ao fim do negócio tudo que foi produzido é dividido de acordo com o que havia sido combinado. Os “pequenos proprietários” atuam em sua própria terra com a ajuda da mão-de-obra familiar, com a produção sendo usada para

consumo próprio ou podendo ser comercializada no comércio local. Os “arrendatários” alugam terras de terceiros para que possam realizar suas plantações ou criação de animais, podendo ocorrer outras formas de vínculos empregatícios como os “assalariados permanentes” e os “assalariados temporários”.⁶

Além dessas relações de trabalho no meio rural já citados, também há a questão da “morada” que é entendida por Dabat como:

A ‘morada’, como tipo de relação de trabalho, fornece elementos para sua identificação. Ela era portadora de implicações definidoras: às vezes, consideradas centrais na determinação do modo de produção vigente, às vezes, secundárias, enquanto resquício de uma fase superada pela evolução da sociedade maior. Com efeito, o simples fato de residir numa plantação e de dispor eventualmente de um lote de terra cedida para cultivar produtos alimentícios - a ‘morada’ - valeria a esses trabalhadores uma inserção nas relações de trabalho fundamentalmente diferente daquela de outros assalariados: os trabalhadores da indústria do açúcar, ou mesmo rurais: empregados temporários, safristas (Dabat, 2012, p. 21).

Cabe destacar que a prática da “morada” descrita pela autora citada, foi desenvolvida durante muito tempo no Currálinho. O antigo proprietário cedia casas que já existiam na propriedade para agricultores e estes estabeleciam algum tipo de acordo com o patrão, como foi possível identificar através de algumas entrevistas. A autora Janine Vicente Dias no ano de 2019 publicou sua tese de Doutorado intitulado “Transformações da grande propriedade rural e do sistema de moradia no sertão paraibano: entre velhas estruturas de dominação e novos contornos de resistência” onde ela analisa vários elementos das propriedades rurais no Sertão da Paraíba, inclusive suas relações de trabalho, entre elas o sistema de moradia, como está bem explícito em seu título.

Sua pesquisa teve como objeto de análise propriedades na cidade de Patos – PB.⁷ Ela explica que a pecuária foi uma das primeiras atividades realizadas nessas fazendas, posteriormente, outros tipos foram implementadas. Dessa forma, havia a necessidade de obtenção de mão de obra, além disso, também seria uma forma de controle das grandes extensões de terras, pois o proprietário não conseguiria comandar toda sua fazenda, e acabava arrendado, permitindo o acesso à sua propriedade a trabalhadores com poucas condições (Dias, 2019).

⁶ Informações retiradas do site: <https://www.preparaenem.com/geografia/formas-trabalho-rural-brasil.htm>. Acesso em 26/02/24.

⁷ Patos é uma cidade no estado da Paraíba, localizada na microrregião de Patos, na mesma região do Sertão Paraibano. Distante 307 km de João Pessoa, sua sede encontra-se no centro do estado com vetores viários interligando-o com toda a Paraíba e viabilizando o acesso aos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. De acordo com o IBGE, no ano de 2009 sua população era estimada em 100.732 habitantes. Patos é a 3ª cidade-pólo do estado da Paraíba, considerando sua importância socioeconômica.

Uma das metodologias utilizadas nessa pesquisa foram as entrevistas, sendo uma fonte histórica de extrema importância para que se pudesse compreender quais relações de trabalho eram praticadas naquele local, e como essas pessoas se enxergam enquanto participantes desse processo. Com isso, é possível destacar que essa prática da “morada” era utilizada no Currálinho antes de 1981, ano em que essa pesquisa se iniciou, e que se perdurou até o momento em que a propriedade veio a ser desapropriada pelo INCRA. Além da questão de morar em uma casa cedida pelo patrão, os moradores também dividiam tudo que plantavam com o patrão, como é possível observar na fala de uma das depoentes.

Na época era Zé... Não era Zé Adonias, era Joel Dantas. Na época que papai veio pra cá, é... eu cheguei aqui... mamãe veio grávida de mim, aí ela me teve com bem pouquinho dia, aí na época aí o coisa era Joel Dantas, mas não cheguei a conhecer ele não. Papai trabalhava na agricultura né, feijão, arroz que papai plantava (...) era assim mesmo, tudo que ele plantava ele partia com o patrão, era meio a meio.⁸

Existe um Curso de Extensão intitulado História e Memória: questões teóricas e metodológicas⁹, que foi ministrado pela Prof.^a Dr.^a Cátia Sanfelice que é coordenadora do NUPEHT-RO (Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Trabalho e Educação da Universidade Federal de Rondônia), no formato online. O curso abordava a questão acerca da relação entre a História e a Memória e suas metodologias. De acordo com a Prof.^a, não se deve utilizar as entrevistas para afirmar aquilo que está sendo discutido ou querendo confirmar como se fosse uma verdade absoluta, que as entrevistas deveriam ser analisadas e problematizadas.

Ao analisar este trecho da entrevista que foi realizada, o primeiro elemento que chama atenção é a questão da memória, ou a falha desta. É possível perceber que a depoente no início de sua fala se confunde com relação ao nome da pessoa que seria o dono ou “o coisa”, como ela se refere, esquecendo-se também da palavra no momento de organizar seus pensamentos para responder a pergunta. Posteriormente, é possível perceber que ela consegue estabelecer um vínculo com esse passado, passado da época de seu pai, que foi o primeiro membro de sua família a se estabelecer no Currálinho, como morador e meeiro, pois trabalhava na agricultura, onde tudo que plantava, seja arroz ou feijão, deveria ser dividido com o patrão,

⁸ Narrativa da sra. A. L. F., 56 anos, dona de casa, ex-moradora e assentada. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currálinho.

⁹ Link da página do Curso de Extensão História e Memória no Instagram: <https://www.instagram.com/nupeht?igsh=eWxrbHg3Mnk4N2ly>.

fosse ele Joel Dantas ou José Adonias, que foi administrador da propriedade por vários períodos.

Além do pai dessa depoente, muitos outros homens e mulheres se submeteram a este tipo de relações de trabalho, pois não tinham alternativa, tendo em vista que nem todo sertanejo possui um pedaço de chão seu para trabalhar, tendo que recorrer a práticas como essa para que pudesse tirar seu sustento e de sua família. Com relação a isso, Dias destaca que:

Igualmente no Sertão, cujo cenário central são as fazendas de gado e algodão, a busca pela moradia ocorria constantemente diante da situação de vida das muitas famílias rurais que não possuíam a terra para produzir e/ou trabalhar, nem lugar para morar. A necessidade do acesso a terra e a moradia orientavam famílias inteiras, de forma corajosa, a sair em busca de sobrevivência em pedaços de terra alheias, na esperança de em tempos melhores angariarem recursos e melhorar de vida. E assim, o movimento de entrada e saída de famílias nas propriedades de lavoura de algodão, seja em busca da concessão de casa e trabalho, seja um pedaço de terra para o cultivo de subsistência, por vezes acordado tornou-se algo comum no interior sertanejo, [...] (Dias, 2019, p. 134).

Diante disso, é possível compreender que relações de trabalho deste tipo acabam, muitas vezes, não trazendo melhorias significativas para a vida desses trabalhadores, tendo em vista que muitos passam anos estabelecendo esse tipo de vínculo trabalhista, mas acabam sem ter uma moradia própria, pois a casa que habitam pertence ao patrão, e o pequeno pedaço de chão que lhe foi concedido para plantar ou criar animais, sem nenhum tipo de garantia de continuidade, continua fazendo parte da propriedade do patrão. Dessa forma, apesar de receber esses benefícios, ao sair da “morada”, seja por fim do acordo entre ambos, ou por alguma desavença, o trabalhador perde tudo, ficando sem moradia e sem a terra para trabalhar.

José Adonias Dantas, ex-gerente do Currálinho, que foi mencionado na fala de uma das depoentes acima, era sobrinho de Joel Adonias Dantas, proprietário do local. José Adonias faleceu no ano de 2010, não sendo possível entrevistá-lo, de toda forma, alguns de seus filhos continuam vivos e puderam contribuir de alguma forma, com depoimentos, informando datas e mostrando fotografias. Em uma das entrevistas com uma de suas filhas mais velhas, ela consegue trazer detalhes da vida de seu pai e sua relação com o Currálinho. É importante ressaltar que o período que Zé Adonias estava gerenciando o Currálinho é anterior ao ano de 1981, ano do início do recorte temporal desta pesquisa, mas compreende-se que este relato seja importante para o entendimento acerca de sua participação no local, e a dinâmica do espaço, pois, como é possível observar não teve mudanças bruscas após a morte de Joel Dantas, ou seja, após 1981.

Segundo M. D. O:

Quando papai veio [José Adonias] ele era solteiro, aí veio direto para o Currálinho, lá já era de um tio dele, aí eles ficaram trabalhando lá, fazendo o plantio de cana-de-açúcar. Nessa época não tinha moagem ainda não, ficaram plantando, pescando, ajeitando o açude para aumentar que era pequeno. Não tinha a casa sede ainda na época, era uma casa mais antiga. Aí meu avô foi morar nessa casa mais antiga, e eles ficaram lá trabalhando. Aí com 10 anos, papai casou-se, mamãe veio ensinar no Currálinho, já tinha a casa da sede, aí mamãe veio ensinar, e lá arranhou esse namoro com papai, aí com bem 1 ano se casaram. Em 1945 eles se casaram, aí Cacuca nasceu em 46.

Eles se davam muito bem, o velho era bom pra ele, dava as coisas a ele, apesar de que ele era meio agarrado, mas daqui acolá, dava alguma coisa. Ele morava em Caicó, e comprou essa propriedade, meu avô veio tomar de conta, e Joel vinha todo fim de semana, que inclusive ele foi prefeito lá, bem uns dois anos, em Caicó, aí ficava de lá pra cá, e os filhos eram tudo estudando fora, em Natal, Recife... Sim, teve muitos, teve dois filhos dele que vieram morar lá, mas só passaram um ano, um ano e pouco, mas papai sempre lutava com gado, aí nessas épocas de 50 pra cá que começou a moagem. Luso morou muitos anos, o filho dele, de 64 até 70, aí papai de novo tomou conta, como gerente mesmo, mandava em tudo, ficou 15 anos.

Papai tomava conta de tudo, lá do rio até o Paxicu, tinha 32 moradores, chegando pedindo morada e tendo casa, o velho dava. Só que ele trouxe muita gente do Rio Grande pra morar, que inclusive ainda hoje existem essas famílias que eram do Rio Grande e vieram pra cá. Quando Luso tomou conta ele saiu, aí ele passou uns dois anos no rio, na sede, aí saiu. Papai gostava muito de andar, aí foi andar em Pombal, comprou uma granja, aí lá passamos 5 anos, aí foi o tempo que Luso entregou, que não quis ficar em 70, aí papai veio. Aí quando veio ainda passou bem 1 ano numa casinha que tinha lá no Paxicu, chamava de sede também, aí Luso foi embora pra Caicó, e o velho disse que não dava certo Luso tomar conta, aí chamou papai, papai foi e passou 15 anos lá na fazenda. Aí depois que o velho morreu ele entregou, aí Marconde ficou ainda uns 2 anos. Aí eles partiram as terras, venderam o Paxicu logo.¹⁰

Analisando este relato é possível perceber alguns pontos que são importantes para este trabalho. A) O Currálinho inicialmente englobava uma outra fazenda que é chamada de Paxicu (e que também veio a ser desapropriada, Currálinho e Paxicu são os dois Projetos de Assentamentos - PAs que existem em Paulista – PB), mas que foi vendida após a morte de Joel Dantas, como é mencionado pela depoente. B) Ao longo dos anos, o Currálinho passou por várias administrações, tendo em vista que seu dono, Joel Dantas, residia na cidade de Caicó - RN, que fica distante 78,9 km da cidade de Paulista – PB. C) A casa sede onde hoje funciona a Associação do Assentamento Currálinho foi construída no período em que a propriedade já pertencia a Joel, estimando-se que tenha em torno de 70 anos de construção e infelizmente não está tão bem conservada. D) Apesar de José Adonias gostar muito de “andar”, como foi apresentado no relato de sua filha, este teve um importante papel no lugar, tendo em vista que foi sob sua administração que “o Currálinho e o Paxicu se tornaram as propriedades rurais mais produtivas da região de Paulista, e assim permaneceram durante décadas.” (Farias, 2018, p.

¹⁰ Narrativa da sra. M. D. O., 71 anos, dona de casa. Entrevista realizada em outubro de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, em Paulista – PB.

98). E) Joel Dantas contribuiu para a existência de moradores em sua propriedade, chegando a ter 32, onde muitos vieram do Rio Grande do Norte, podendo já terem constituído família ou terem se casado com pessoas que já residiam pela redondeza, e que muitos de seus descendentes ainda residem na cidade de Paulista, e até mesmo no próprio Assentamento.

Após a morte de Joel Dantas, que aconteceu no dia 12 de outubro de 1981, José Adonias preferiu deixar a administração do local, e acabou comprando uma outra propriedade na cidade de Paulista, que ficava localizada no sítio Jurema. Segundo o relato de sua filha, quem havia ficado em seu lugar teria sido seu filho, Marconde Adonias, mas que este teria ficado apenas cerca de dois anos, e posteriormente também havia deixado o local, entrando no ramo do comércio. Dessa forma, é importante perceber que, segundo as fontes que foram consultadas e aqui apresentadas, o Curralinho foi um local que passou sob a administração de muitos homens, e o que havia se mantido por mais tempo foi José Adonias, mas que também decidiu se retirar, quando as partilhas da herança do finado Joel Dantas começaram. A partir desse trecho de uma das entrevistadas, que hoje é assentada no local, podemos perceber que alguns nomes de administradores foram citados.

Foi, mas aí já passou vários, como é que se diz... gerentes né, depois do finado Joel Dantas, aí veio Zé Adonias, depois veio Marconde, depois veio Nelson, depois Antônio Thiago... esse pessoal, esse procedimento todinho.¹¹

Quando eu cheguei aqui era... era Jaime Mariz, que era neto do dono, Joel Dantas. Gente boa, gente fina, não tenho o que dizer dele. (...) Olhe, aqui pros moradores daqui não faltava serviço não, quem quisesse trabalhar sempre tinha o ganho.¹²

Com esses relatos podemos concluir o que havia sido exposto anteriormente, que o Curralinho possui uma longa história, onde muitas pessoas sempre transitaram por aquele local, tendo em vista que foi uma grande propriedade com mais de 1.000 hectares, onde seu dono estabelecia relações de trabalho com pessoas que viessem a ser moradores do local ou não, tendo em vista que pessoas que não tinham residência fixa lá poderiam prestar algum tipo de serviço. Levando em consideração a questão da morada, é importante perceber que esta foi uma relação de trabalho muito utilizada, como foi apresentado, desde os primeiros anos que o Curralinho foi comprado por Joel Dantas já era uma prática presente no lugar, e que se perdeu, como também já citado anteriormente, até o momento em que a propriedade foi desapropriada pelo INCRA.

¹¹ Narrativa da sra. A. L. F., 56 anos, dona de casa, ex-moradora e assentada. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Curralinho.

¹² Narrativa do sr. J. M. P., 55 anos, ex-morador, agricultor e assentado. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Curralinho.

2.3 CHEGADA DA REFORMA AGRÁRIA EM PAULISTA – PB

Algo bastante curioso, e que se torna um aspecto bastante importante nessa pesquisa são os acontecimentos que teriam influenciado a desapropriação do antigo sítio Curralinho. No capítulo I foi debatido a temática da questão agrária no Brasil e na Paraíba, tema muito vasto e que possui diversos trabalhos a respeito tendo em vista sua complexidade, envolvendo a vida de diversos trabalhadores do campo.

Como também foi exposto no capítulo I, os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP) teve, e atualmente ainda têm contribuído bastante para tentar diminuir a concentração fundiária que há no Brasil. Mas, investigando um pouco sobre o processo de desapropriação do Curralinho, e entrevistando os assentados do local é possível perceber que não foi isso que lá aconteceu. Com isso, o depoente J. M. P. irá dizer que:

Sim, foi desapropriada. Não, aí eu não sei explicar o que que aconteceu não, acho... foi entre patrão e INCRA, não... não sei lhe informar não. Poderia ser um acordo entre os dois, e poderia não ser, que eu nunca... nunca me aprofundaram com essa resposta não. (...)

Não, eu mesmo nunca tinha visto falar de Reforma Agrária não, ouvia assim, que antigamente as coisas era muito mais difícil, em Voz do Brasil, a Reforma Agrária e tal..., mas quando aconteceu a Reforma Agrária aqui a gente ficou até surpreso né, porque na região de nós não existia né, mas aconteceu e, graças a Deus tamo caminhando.¹³

Buscando problematizar esse trecho do relato fornecido por um dos ex-moradores que vieram a ser assentados no Curralinho, é possível identificar que esses antigos moradores não tiveram participação direta no processo de desapropriação. Há muitos estudos que analisam a criação de Projetos de Assentamentos (PAs) pelo Brasil, e em alguns casos é possível observar que uma determinada propriedade veio a ser desapropriada a partir de conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais de uma forma geral, mas, segundo este relato é possível identificar que a desapropriação não teve um caráter de reivindicação de algum direito.

Além disso, dando seguimento a análise do relato, é possível identificar que o assentado não possuía nenhum vínculo com movimentos sociais, chegando a dizer que teria ficado surpreso quando ficou sabendo do que estava para acontecer no local. Porém, quando indagado se isso teria sido um acordo entre o proprietário e o INCRA para que o Curralinho

¹³ Narrativa do sr. J. M. P., 55 anos, ex-morador, agricultor e assentado. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Curralinho.

viesses a ser desapropriado, ele disse que não saberia responder, que nunca havia se aprofundado no assunto. No momento que a entrevista estava sendo realizada, compreendeu-se que ele não queria se envolver no assunto, como se esse tema fosse algo que não o deixasse confortável para relatar a uma desconhecida. Quando se realiza estudos com História Oral é importante reconhecer quando um assunto deixa o depoente pouco à vontade, tendo em vista que sua vida está sendo contada naquele momento, e todos possuem assuntos que gostariam de trazer à tona. Esse, possivelmente, foi um caso.

Outras pessoas que não eram moradoras do Currálinho também foram entrevistadas, entre elas, pessoas que hoje são assentadas, mas que vieram de outras cidades após a desapropriação. Quando o questionário para realização das entrevistas estava sendo elaborado, considerou-se que seria importante ouvir esses dois tipos de assentados: os que já moravam no antigo sítio, e os que vieram de outras localidades. Dessa forma, a depoente V. T. G. irá dizer que:

Não, porque quando foi desapropriado aqui nós nem conhecíamos essa propriedade, a gente tava acampado em Sousa – PB, quer dizer, nem era eu, era os outros companheiros que viviam debaixo de lona, e tava acampado na época lá em Sousa. (...)

Foi através do Movimento né, que o INCRA identificou propriedades que tava é... desapropriada aqui na região de Paulista – PB, e o grupo que naquele tempo vivia na lona preta e buscava é... esse intuito né, de adquirir a terra para trabalho e o INCRA indicando que a terra tava desapropriada com apoio certamente de... do INCRA que indicou e trouxe até os trabalhadores para olhar a terra, a gente como tava lá na lona preta e queria a terra para trabalhar, foi assim que a gente veio para cá.¹⁴

Analisando este trecho de uma depoente que não residia em Paulista – PB, mas na cidade de Sousa – PB, como por ela é afirmado, é possível identificar alguns elementos que ajudam a entender esse processo de desapropriação. Pelo seu relato, é possível compreender que a mesma participava de um movimento por terra na cidade em que morava, apesar de afirmar que não vivia “debaixo da lona preta”, dar-se a entender que ela se sente pertencer nesse grupo que vivia nessas habitações improvisadas, e quando soube que havia essa propriedade desapropriada em Paulista resolveu conhecê-la, pois segundo ela, esse é o objetivo, conseguir terra para trabalhar. Também é possível identificar que quando eles vieram, o Currálinho já estava desapropriado, ou seja, a desapropriação também não foi uma reivindicação de movimentos sociais de outras cidades.

Através do e-mail, o INCRA foi informado da realização da referida pesquisa, pois alguma documentação existente em seu acervo poderia ser importante. Inicialmente eles

¹⁴ Narrativa da sra. V. T. G., 47 anos, agricultora e assentada. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currálinho.

enviaram, muito gentilmente, a vistoria que foi realizada no local, constando uma série de elementos que muito contribuíram para a pesquisa, como os nomes de todos os proprietários, as dimensões que a propriedade possuía, data da criação do Projeto de Assentamento, data da aprovação da vistoria, entre outros elementos. Mas, foi elaborado um requerimento que foi solicitado para que se pudesse ter acesso ao documento referente a solicitação de desapropriação do local, o que não foi disponibilizado até o depósito deste Trabalho de Conclusão de Curso. Caso essa documentação exista de fato, seria de extrema importância identificar quem fez esse pedido, e quais os motivos alegados para a desapropriação, já que, como exposto acima, não partiu das pessoas que vieram a ser assentadas. De toda forma, há depoimentos, por meio dos quais respostas foram surgindo sobre esta lacuna:

Não, Jaiminho era a parte da mãe dele, ele era filho de Mirinha, neto de Joel. Aí ele ficou tomando de conta, aí foi quando eles abriram um crédito, não sei como que foi meio mundo de dinheiro e investiu muito no Currálinho, aí vem a Reforma Agrária naquela época, que quem tivesse mais de 500 hectares de terra... eu sei que Jaiminho se entrosou nela, e passou os débitos para a reforma, para o INCRA.¹⁵

A partir desse relato, é possível identificar que a desapropriação do Currálinho não aconteceu por razões sociais, trabalhadores rurais não estavam reivindicando aquela terra, mas, aconteceu por dívidas no banco que um dos proprietários que estava tomando de conta do local contraiu, e por algum motivo preferiu que a propriedade fosse desapropriada, o que trouxe melhorias para a vida dos assentados do Assentamento Currálinho, como veremos no terceiro capítulo. No documento referente a vistoria que foi disponibilizado pelo INCRA, aparecem como proprietários uma filha de Joel Dantas, Maria Julieta Dantas de Faria, e três netos: Jaime Mariz de Faria Junior, João Luciano Dantas de Faria e Tânia Maria Dantas de Faria.

De acordo com a documentação que foi disponibilizada pelo INCRA – PB, o Currálinho havia sido desapropriado para fins de Reforma Agrária com uma área de 1.227,9000 ha, através do Decreto de 19 de agosto de 2002, onde havia sido decretado como área de interesse social, tendo em vista que havia sido classificado como propriedade improdutivo. Posteriormente, foi realizada uma vistoria no local com uma engenheira agrônoma para avaliar toda a propriedade, onde o relatório foi aprovado no dia 5 de novembro de 2002. De acordo com este relatório, a área total desapropriada, como já citado anteriormente, seria de 1.227,9000 ha, mas, a área medida e avaliada pelo INCRA na vistoria foi de 1.159,7852 ha, as razões não são explicadas. Sua imissão de posse teria ocorrido no dia 12 de fevereiro de 2003.

¹⁵ Narrativa da sra. M. D. O., anos, dona de casa. Entrevista realizada em outubro de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, em Paulista – PB.

Com isso, foi aprovada a proposta de desapropriação que previa a criação de 40 unidades agrícolas familiares.

Sobre a avaliação, consta que:

Quando comparados a Nota Agronômica do imóvel avaliando com as constantes na Planilha de Preços Referenciais para a Microrregião de Souza, verifica-se que aquela é maior que a da citada planilha, tendo em vista que o imóvel em análise possui terras de qualidade superior em maior quantidade que a média da região, além da proximidade do centro urbano (3 km), localiza-se às margens do Rio Piranhas e é cortada por estrada asfaltada, dispondo, ainda, de vários recursos hídricos, que conferem à propriedade uma característica atípica em relação à maioria dos imóveis. (Laudo de avaliação do Imóvel “Fazenda Curralinho” – INCRA.)

De acordo com essa citação, é possível perceber que o Curralinho possuía uma ótima localização, pois fica muito próximo da zona urbana da cidade de Paulista, além disso, suas terras possuem uma boa qualidade, ficando perto do Rio Piranhas e possuindo vários recursos hídricos, que são os açudes, e que estes elementos iriam beneficiar a criação de animais, futuras plantações e outras atividades que viessem a ser desenvolvidas pelos futuros assentados. Então, levando em consideração esses elementos, foi elaborada a seguinte tabela, onde é apresentado a área medida, o valor pago pela propriedade, a quantidade de famílias estimadas a serem assentadas, entre outros elementos.

Tabela 1: Números referentes a avaliação

RESUMO DA AVALIAÇÃO	
ÁREA MEDIDA	1.159,7852 ha
ÁREA DECRETADA	1.227,9000 ha
ÁREA TOTAL AVALIADA	1.159,7852 ha
VALOR TOTAL DO IMÓVEL	R\$ 521,253,86
VALOR MÉDIO DO IMÓVEL POR HECTARE	R\$ 449,44
VALOR BENFEITORIAS INDENIZÁVEIS (EM MOEDA)	R\$ 311.882,20
VALOR TOTAL DA TERRA NUA (EM TDA)	R\$ 209.371,66
VALOR MÉDIO DA TERRA NUA POR HECTARE	R\$ 180,05
ESTIMATIVA DO N° DE FAMÍLIAS A SEREM ASSENTADAS	40
CUSTO POR FAMÍLIA	13.031,35
RELAÇÃO VALOR DAS BENFEITORIAS/ VALOR DO IMÓVEL	59,83%

Fonte: Laudo de Avaliação do Imóvel “Fazenda Curralinho” – INCRA.

Diante disso, é possível observar que os valores a serem pagos pela desapropriação do Curralinho foram relativamente altos, mas é importante ressaltar que além da extensão territorial, também havia muitas construções dentro da propriedade, como: 1 casa sede, 17 casas em alvenaria de diferentes tamanhos, 1 casa em taipa, 1 garagem em alvenaria, 1 queijeira em alvenaria, 1 engenho em alvenaria, 1 pocilga em alvenaria, 1 depósito em alvenaria, 1 construção para abrigo de animais, 2 armazéns, 1 silo, 2 cocheira, porteiras, currais, mata-

burros, cercas, 7 açudes medindo capacidades diferentes, 1 barreiro, caixas d'água, tanques, bebedouros, 2 cacimbão, canal de irrigação, instalação elétrica em alguns locais e estradas. Ademais, a área contava com mais de 100 árvores frutíferas e plantação de cana-de-açúcar, além de motores e outros equipamentos (Laudo de Avaliação do Imóvel “Fazenda Curralinho” – INCRA). Porém, o relatório ainda acrescenta que:

Esse valor é justificável, em razão dos vários recursos hídricos já citados, condicionando uma boa disponibilidade de água, fator preponderante para o desenvolvimento da área, principalmente na região de seca, onde se situa, sendo que até nos anos mais críticos esta jamais faltou, assim também as benfeitorias existentes que servirão como infra-estrutura ao Projeto, todas úteis e necessárias que, salvo melhor juízo, poderá ser criado na área (Laudo de Avaliação do Imóvel “Fazenda Curralinho” – INCRA).

Assim, como citado anteriormente, também foi consultado os arquivos da CPT Sertão - PB, onde foi possível analisar o período pós-desapropriação sob o olhar do movimento, que não participou da desapropriação em si, mas participou da organização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que vieram para cá. Esses trabalhadores estavam em processo de luta pela terra desde setembro de 1998, pois haviam ocupado uma fazenda chamada Pimenta, que fica localizada no município de Sousa – PB. Consta que eles haviam sido expulsos de tal propriedade nove vezes, até que o INCRA vistoriou a área da Fazenda Pimenta, constatando que ela seria inadequada, pois não apresentava condições mínimas para essas famílias.

Uma outra propriedade havia sido desapropriada em Paulista – PB, a fazenda Paxicu, e alguns desses trabalhadores foram convidados pelo INCRA para visitarem o local que eles seriam assentados, porém, passaram-se mais de 150 dias do prazo que o INCRA havia dado e nenhuma medida havia sido tomada, dessa forma, esses trabalhadores organizaram-se e ocuparam o Paxicu. Contudo, essa propriedade ainda não havia sido vistoriada e sua imissão de posse ainda não havia sido feita. Sabendo da imissão de posse do Curralinho, resolveram se dirigir para o local, e ficaram morando debaixo de lonas até que os seus cadastramentos fossem realizados. Porém, é importante ressaltar que consta nos documentos que a Prefeitura Municipal de Paulista, juntamente com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) não queriam que famílias de outros municípios fossem assentadas em Paulista, queriam que fossem apenas pessoas da cidade, com isso, as 22 famílias que se encontravam no Curralinho estavam com medo de ficarem prejudicadas (Arquivos da Comissão Pastoral da Terra – CPT Sertão PB).

Para que fossem assentadas no Curralinho, as famílias que estavam acampadas no local deveriam fazer um cadastro através dos Correios. Os funcionários da CPT ficaram

responsáveis para que tal cadastro fosse realizado, no caso, das pessoas que não residiam em Paulista, porém, não consta quantos cadastros foram realizados. Sobre os ex-moradores, 19 famílias foram cadastradas pelo próprio INCRA.

Dessa forma, através das entrevistas realizadas com os depoentes e, com as consultas realizadas nos documentos disponibilizados pelo INCRA – PB e a CPT - Sertão PB, é possível compreender que não houve mobilização local para que a Fazenda Curralinho viesse a ser desapropriada, mas, que este fato influenciou a chegada de movimentos que reivindicavam terra para que trabalhadores rurais pudessem trabalhar. Com isso, a CPT e os trabalhadores rurais de outros municípios vieram montar acampamento, morando em barracas de lona, quando a propriedade já estava desapropriada pelo INCRA e com sua imissão de posse emitida. Diante disso, é possível verificar que este foi um processo que mudou a vida dessas famílias que vieram a ser assentadas, tendo em vista que estes passaram a ter terra para trabalhar, sem ter que depender de um patrão. Portanto, com a desapropriação do Curralinho, uma propriedade imensa, onde apenas quatro pessoas eram proprietárias, distribuiu-se para 40 famílias que puderam, por meio de sua força de trabalho, assumir o que seria produzido.

CAPÍTULO 3: VIVÊNCIAS NO ASSENTAMENTO CURRALINHO

3.1 A CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO

Neste capítulo, será discutido a criação do Projeto de Assentamento (PA) Curralinho, analisando as vivências dos assentados. Em todos os aspectos de uma sociedade é possível perceber que há uma gama de relações, entre elas, existem desavenças, interesses diferentes, amizades, união, companheirismo, entre outros aspectos que caracterizam o que é viver em grupo, em um Assentamento de Reforma Agrária não seria diferente. Sobre o modelo de Assentamento adotado no Brasil, os autores apontam que:

O modelo adotado pelo governo brasileiro para a implementação da política de Reforma Agrária tem, nos Projetos de Assentamentos, o seu elemento estruturador fundamental. Segundo o modelo, o INCRA deve garantir as condições infraestruturais básicas de modo a permitir a sustentabilidade do projeto, visando a sua emancipação (Moreira; Targino; Ieno Neto, 2012, p. 01).

Dessa forma, é possível compreender que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA é responsável por garantir as condições básicas que um Assentamento deve ter. De acordo com a documentação disponibilizada via e-mail por esta instituição, no dia 21 de fevereiro de 2003, após a imissão de posse do Curralinho, foi solicitada a criação de um PA no local. Ainda consta que foi aprovada a criação do Projeto de Assentamento Curralinho, autorizando a Divisão Técnica a promover modificações e adaptações que fossem necessárias para este projeto, que previa a criação de 40 unidades agrícolas, sendo, portanto, aprovado no dia 16 de junho de 2003.

Analisando essa questão, é possível perceber que a desapropriação de uma propriedade e a criação de um PA acontece em etapas. Essas etapas no Curralinho tiveram início no ano de 2002, e chegaram a ser concluídas um ano depois, em 2003. Para os trabalhadores rurais que já estavam em suas residências, é provável que não tenha causado incômodos, mas, para aqueles que, como vimos no capítulo anterior, estavam desde 1998 reivindicando um pedaço de terra, mesmo que em outras cidades, pode ter sido sentido como um processo demorado.

Ainda sobre essa questão da criação de um Projeto de Assentamento, com essa criação espera-se que se em primeiro lugar a redistribuição de terra, já que os assentamentos são o resultado da Reforma Agrária realizada no Brasil. Espera-se também que haja uma maior inclusão social, para que todos tenham condições dignas de vivência, um desenvolvimento rural sustentável, estimulando a produção agrícola e a conservação ambiental, além da presença

da Agricultura Familiar. Com a conquista da terra, o trabalhador passa a ser dono do seu meio de trabalho, tendo que tomar decisões enquanto gerenciador daquele local. Causando uma alteração no modo de vida que pode não ser tão fácil, tendo em vista que muitas famílias podem não ter previsto aquela situação, fazendo com que não tivessem reservas econômicas para o futuro (Moreira; Targino; Ieno Neto, 2012).

Analisando o acervo documental da Comissão Pastoral da Terra – CPT Sertão PB, é possível observar que após emitida a imissão de posse da propriedade, os acampados continuaram no acampamento de lonas, tendo em vista que não havia casas suficientes na propriedade para que todos pudessem se acomodar. Havia dificuldades para essas famílias que viviam nesse acampamento, tendo em vista que as lonas não eram de boa qualidade e estavam rasgadas. Além disso, uma série de elementos dificultava suas estadias, como: a falta de água no local do acampamento, e o gerente que havia no Currálinho não os deixava pescar nos açudes. Nessa documentação é possível perceber que há muitas reclamações por parte dos acampados, tendo em vista que o INCRA pediu que eles parassem com algumas atividades que estavam sendo realizadas, mas, os antigos moradores continuavam plantando, por exemplo. Ademais, também consta que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulista agia com o instinto de dominação e preconceito, tentando excluí-los da oportunidade de serem assentados no Currálinho, o que já havia sido mencionado anteriormente, mas, consta que esses acampados iriam resistir a essa Instituição que estava agindo com autoridade. Sobre essa questão do acampamento, o sr. A. M. B. S. aponta que:

Assim, a cidade aqui ficou alvoroçada porque não conhecia o sistema de Reforma Agrária né, mas depois nós fomos recebidos. Até o próprio Sindicato aqui, ficou um pouco assombrado porque não conhecia o sistema de assentamento porque a mídia vendia uma promessa de que era bandido que vinha saquear a propriedade, mas era para as famílias que vinham desfrutar da terra, para conseguir o pão né... e quando chegamos aqui teve esse conflito, o Sindicato convocou... que você tinha o direito de vir pra debaixo da lona, muita gente recusou que não queria debaixo da lona, queriam vir direto pro assentamento. Não, nós temos que participar, que todo mundo sofreu debaixo da lona, tem o direito também de participar pra saber o sabor. Mas aí ninguém não quis né, e o Sindicato recolheu a gente, pra gente ficar na nossa terra até hoje.¹⁶

Buscando problematizar esse trecho do depoimento de um dos depoentes, é possível compreender que instaurou um certo medo na cidade com a chegada desses sujeitos desconhecidos, que vinham “ocupar” uma grande propriedade, ainda mais, como ele destaca, com o papel que a própria mídia exerce, de transmitir a luta pela terra como algo feito por

¹⁶ Narrativa do sr. A. M. B. S.; 58 anos, agricultor e assentado. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currálinho.

bandidos, que iriam “invadir” propriedades alheias. Percebe-se que este discurso não mudou muito com o passar do tempo, pois, atualmente, ainda há muito estigma por parte da sociedade brasileira, de uma forma geral, de que reivindicar terra e trabalho é papel de marginais, discurso esse, reproduzido e apoiado pelos grandes latifundiários.

Também consta na documentação analisada que um dos ex-proprietários, o sr. Jaime Mariz, continuava comparecendo ao local, inclusive ainda havia a presença de animais seus, mesmo após a desapropriação. Percebe-se que ele buscava orientar os acampados a não montarem acampamento perto da sede da Fazenda, para que isto não prejudicasse o processo na justiça, como aconteceu na Fazenda Paxicu, que não foi vistoriada pois havia sido montado acampamento. Com isso, é possível perceber que mesmo após a desapropriação da Fazenda Curralinho, esses acampados tiveram que lutar pelo mínimo de condições básicas, como água, alimento e moradia.

Ainda consta uma série de reuniões e assembleias que foram realizadas, contando com a presença de membros da CPT – Sertão PB, do INCRA, dos agricultores, com uma série de pautas diferentes, como o estudo da questão agrária, para que as pessoas que não participavam da luta pela terra pudessem entender o movimento que estava chegando no Curralinho. Em uma dessas reuniões, que aconteceu no dia 07 de agosto de 2003, que tinha como pauta os seguintes temas: associativismo, crédito e situação da área, é apresentado que estavam estudando o Estatuto para que houvesse a fundação da Associação. Nessa reunião ficou estabelecido que o valor pago na mensalidade para a Associação seria de R\$2,00, e que as Assembleias Ordinárias mensais aconteceriam no primeiro domingo de cada mês. Além disso, aconteceria uma visita ao Assentamento Acauã¹⁷, que fica localizado no município de Aparecida – PB, para que os assentados pudessem conhecer e analisar as experiências lá implantadas.

Dessa forma, no dia 20 de agosto de 2003, foi fundada a Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho – Paulista – PB, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter social, assistencial e educativo, com sede no próprio Assentamento. Segundo o próprio Estatuto, seus fins são:

I – Promover atividades educativas, culturais, recreativas e sociais, visando o desenvolvimento de seus associados e seus dependentes;

¹⁷ O Assentamento Acauã é considerado um dos principais Assentamentos da Paraíba. A luta no local teve início em 1995, com a ocupação da terra por Trabalhadores Rurais Sem Terra. O processo de luta teve muita repressão, ocasionando prisões e despejos, e impulsionou a luta por terra em outros locais. Nas entrevistas realizadas com os assentados do Assentamento Curralinho é possível identificar em suas falas que Acauã é conhecido por todos que tiveram algum envolvimento com a luta pela terra, sendo um modelo a ser seguido.

- II – Reivindicar melhorias aos poderes públicos em benefício de seus associados;
- III – Promover a melhoria das condições ambientais gerais do Assentamento Curralinho;
- IV – Editar boletins e publicações de caráter formativo e educativo;
- V – Promover a integração de moradores no Assentamento Curralinho;
- VI – Hipotecar solidariedade com outras comunidades que estão na luta por melhores dias;
- VII – Administrar os bens móveis e imóveis da AAACP, visando atingir os seus objetivos sociais;
- VIII – Tirar créditos com instituições Bancárias para os associados (Estatuto da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho – Paulista – PB, acervo da CPT – Sertão PB).

Essa Associação passa ser um elemento básico para esses assentados, é através dessa Instituição que esses trabalhadores terão acesso aos benefícios dos programas assistenciais do governo, além dos créditos referentes a política agrária e da política agrícola (Moreira; Targino; Ieno Neto, 2012).

Analisando o restante dessa documentação referente a criação dessa Associação, se percebe que são várias as cláusulas presentes, com os direitos e deveres que os assentados devem seguir para que o Assentamento tenha um bom funcionamento. Dessa forma, é possível compreender que a criação de um Assentamento envolve muitas questões burocráticas, envolvendo o próprio INCRA, movimentos sociais como a CPT e os próprios trabalhadores que estão sendo assentados naquele local. Por outro lado, essa “burocracia” é importante para que haja uma linha de funcionamento a ser seguida por todos os envolvidos, neste caso, os assentados do Assentamento Curralinho, para que não haja problemas futuros, e caso esses problemas venham a acontecer, como a quebra de alguma regra, a direção da Associação saibam como devem agir.

Através da minuciosa análise realizada no Livro de Atas da referida Associação, pode-se entender como se deu a questão da organização das habitações dos assentados do Assentamento Curralinho. Os antigos moradores que já possuíam uma casa, continuaram morando no mesmo local. As pessoas que estavam acampadas e morando embaixo de lona tiveram que esperar recursos do INCRA para que cada um pudesse construir suas residências. Em uma Assembleia Extraordinária realizada no dia 10 de maio de 2004, que tinha como pauta a área que cada um teria e a localização da agrovila, ficou decidido que a área por lote seria de 1 hectare. Os antigos moradores também tiveram direito a 1 ha de terra ao redor de suas casas, e 3 locais foram escolhidos para estabelecer a agrovila, que seriam eles: próximo ao Rio Piranhas (com capacidade para 6 lotes, mas apenas 4 famílias escolheram este local), próximo a PB 293 (local onde havia o antigo acampamento, 13 famílias escolherem este local) e próximo a casa sede (9 famílias optaram por este local).

Dando prosseguimento na análise, é possível observar a constituição do Assentamento Curralinho, um local onde, segundo o livro de Atas, procura-se resolver as questões de forma democrática, sempre havendo votações referente a pauta que está sendo discutida, sem autoritarismo de um patrão que quer tudo ao seu modo, e os trabalhadores teriam que seguir fielmente suas vontades. O Assentamento pode se constituir enquanto um local de oportunidades, onde todos os assentados possuem os mesmos direitos e deveres, obviamente não é perfeito, existem questões que foram colocadas pelos depoentes e que estão presentes nas Assembleias registradas nos livros de Atas e que ainda serão problematizadas mais adiante, mas, é importante salientar que o Assentamento também se constitui como uma comunidade, onde todos devem tentar viver em harmonia. Além disso, após a desapropriação, uma nova luta é iniciada por estes trabalhadores, que é a luta pela permanência na terra (Moreira; Ferreira, 2016).

3.2 MUDANÇAS AO SER ASSENTADO

Um aspecto importante que deve ser destacado nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é com relação aos assentados do Assentamento Curralinho. Nem todos participaram das entrevistas, mas, é possível identificar algumas questões. Quando questionados sobre suas vidas antes de serem assentados no Curralinho, os depoentes dizem que:

Antes de ser assentada é aquela coisa né como eu disse, meu pai nos criou em terra dos outros, era aquela questão lá, pai, mãe e filhos trabalhando para patrão, não era fazer que nem a história, eu não tenho muita alegria de dizer que foi boa, mas, a gente escapou até aqui né (risos).¹⁸

Bom, a gente vivia preso né, fazer que nem o caba, não desejava Jaiminho perder a propriedade, até porque ele é uma pessoa boa, mas já que aconteceu, mas a luta de quem “veve” aí na diária direto não é bom não, 24 horas. Quando é pra gente, tudo bem, mas, era um serviço meio cansativo, mas nunca reclamei não, criei meus dois filhos na luta aqui, e eu agradeço muito também.¹⁹

Dessa forma, é possível compreender que os depoentes estabelecem suas vidas como cansativos, pois aprenderam a trabalhar na roça desde criança, mas, tudo aquilo que era produzido não ficava para si, em decorrência de trabalharem em terras de patrões, tendo que se submeter aos seus acordos. Sobre suas participações em movimentos referentes à luta pela terra, os depoentes apontam que:

¹⁸ Narrativa da sra. V. T. G., 47 anos, agricultora e assentada. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Curralinho.

¹⁹ Narrativa do sr. J. M. P., 55 anos, ex-morador, agricultor e assentado. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Curralinho.

Eu me envolvi através de..., de conhecidos que criaram um acampamento lá na região de Sousa – PB, e convidaram meu pai para participar e daí terminou eu sendo incluída no movimento também.²⁰

Lá foi um movimento da Pastoral de Terra, Cajazeiras – PB, na diocese de Cajazeiras, que juntava os agricultores, quando nós viemos trabalhar na cidade... quando viemos do sítio para cidade em 90, eles tinham esse movimento né, com assentamento... quando meu pai conseguiu uma casinha pra morar na cidade né, que ele trabalhava sempre de meeiro para os outros, quando chegou esse movimento, teve esse despertar pro direito a terra pra trabalhar, e até hoje estamos aqui.²¹

Na realidade nós viemos mais por influência de vô, porque vô vivia nesse negócio de sem-terra, vivia em barraca aí mainha também. Minha mãe também passou muito tempo só que... minha mãe não foi a frente e vô continuou. Aí vim pra aqui através de vô, aí vim e fiquei por aqui.²²

Eu vim pra cá através da minha tia que ela... que era pra ela poder ficar na terra que ela não podia trabalhar que era mulher, e tinha que ter uma pessoa pra trabalhar, aí eu vim. Aí depois surgiu uma vaga e eu consegui uma vaga.²³

Buscando problematizar esses trechos das entrevistas de diferentes depoentes, é possível compreender que o movimento de luta pela terra foi chegando em suas vidas através de conhecidos, e que aos poucos esses sujeitos foram fazendo parte e entendendo quais os motivos de tais reivindicações, fazendo com que eles também lutassem por um pedaço de chão seu, traçando um caminho para que eles chegassem ao Currálinho. Também é possível identificar que o movimento de luta pela terra está muito presente na região de Sousa – PB e Cajazeiras – PB, locais onde há muita resistência, e que acaba se expandindo para os demais municípios da mesorregião. Tentando enxergar o Currálinho enquanto uma nova comunidade, que estava englobando pessoas com vivências diferentes, apesar de todos serem trabalhadores rurais, consta nos arquivos da CPT – Sertão PB que foram realizadas reuniões, explicando questões, como a situação agrária do Brasil, já que este não era um tema de conhecimento de todos que foram assentados.

O fato de um sujeito ter um local próprio, onde pode chamar seu, traz o sentimento de liberdade, onde essa pessoa pode viver da maneira que achar melhor, desde que isso esteja dentro dos preceitos de direitos e deveres que todo assentado deve seguir, e que está presente

²⁰ Narrativa da sra. V. T. G., 47 anos, agricultora e assentada. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currálinho.

²¹ Narrativa do sr. A. M. B. S.; 58 anos, agricultor e assentado. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currálinho.

²² Narrativa da sra. J. A. S.; 33 anos, agricultora e assentada. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currálinho.

²³ Narrativa do sr. J. S. R.; 34 anos, agricultor e assentado. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currálinho.

no Estatuto da Associação. De toda forma, os depoentes conseguem estabelecer uma diferença no modo de vida anterior a serem assentados no Currálinho, como é possível observar através dos depoimentos:

Sim, antes a gente, como eu disse, a gente era moradores de patrões a gente não tinha liberdade que tem hoje né... é, os que mais sofreram foram meus pais que eram os cabeça, os adultos era quem enfrentava tudo aquela questão da responsabilidade né, do peso todo da família, e eu quando passei pra cá, a diferença é grande porque eu vi a gente, pai com toda a família produzir, pro... patrão chegar e levar grande parte e a gente ficar ali sempre reprimida por debaixo de ordem e tal, e hoje aqui a gente tem liberdade né... pra trabalhar, pra produzir, e desfrutar do que a gente produziu.²⁴

Grande, a diferença foi grande porque hoje você tem como produzir, ser dono de si né, produzir sua produção e dizer aqui a minha metade eu quero né, você ter a sua parte, sua metade que você tinha... a parte que é de meia o patrão levava, a parte que sobrava pra você, você tinha que vender pra pagar as suas coisas, que ficava uma porcentagem pequena, hoje você tem toda, a porcentagem é sua. Então tem uma diferença grande, você é dono de si né?! Aí como diz, é o esforço de cada um conseguir trabalhar e produzir mais.²⁵

É possível compreender que por mais que um local traga uma melhor qualidade de vida para as pessoas que lá habitam, não há como não ocorrer problemas, pois a vida em sociedade é assim, nem todos possuem as mesmas visões de mundo, o que muitas vezes acaba gerando atritos entre os envolvidos. Além disso, também há a questão de que para trabalhar você também precisa investir, na compra de materiais, sementes, ferramentas, entre outros objetos que são necessários na vida no campo. No Currálinho, não seria diferente, quando os depoentes foram questionados sobre os problemas no Currálinho, as seguintes questões surgiram:

Rapaz, eu acho que é a questão financeira né, que a gente gostaria de desenvolver um trabalho melhor, mas as condições financeiras não nos dão a permissão. (...) a gente já teve acesso a alguns créditos, tinha antes a assistência da CAAASP, da CPT também e... até do INCRA que acompanhava de uma certa forma, mas, de uns 2 anos pra cá a gente tá praticamente sem assistência. (...) Questões assim pra... pra gente dizer que existe problema se eu disser que não eu tô mentindo, mas, pequenas questões tipo... algumas irresponsabilidades interior, que eu acho que se a gente tivesse força a gente resolvia aqui mesmo, que é tipo: companheiros que dá prejuízo aos produtores, mas não coisa grande de ir pra justiça e tal, porque é assim, é como eu tô dizendo é coisa pequena que a gente poderia resolver, mas que tem algumas diferenças, algumas é... probleminhas interior tem.²⁶

É possível compreender que os problemas existem, como é possível observar através desse trecho da entrevista cedida por uma depoente que é assentada no local. Nas outras

²⁴ Narrativa da sra. V. T. G., 47 anos, agricultora e assentada. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currálinho.

²⁵ Narrativa do sr. A. M. B. S.; 58 anos, agricultor e assentado. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currálinho.

²⁶ Narrativa da sra. V. T. G., 47 anos, agricultora e assentada. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currálinho.

entrevistas, os depoentes relataram o mesmo tipo de problema, segundo eles, faltava mais união entre as famílias assentadas, faltava mais cooperativismo com a comunidade, para que o Assentamento tenha um bom funcionamento, onde todos deveriam participar das reuniões da Associação, que é algo que não acontece com frequência. Dessa forma, apesar de existir a Associação no Assentamento Currallinho, esta Instituição não consegue fazer com que todos os assentados tenham participação mais efetiva na vida em comunidade, como foi possível observar através das entrevistas realizadas.

Segundo o livro de Atas, no ano de 2004, também consta que foram realizadas reuniões para debater a questão de 2 assentados que haviam feito negócio com vacas compradas com o Crédito Fomento – Habitação, e haviam trocado por aparelho de som e uma tv em cores. Isso não havia agradado os dirigentes da Associação, ficando decidido em Assembleia que eles deveriam desfazer o negócio. Também consta no Livro de Atas que ao longo dos anos algumas poucas famílias decidiram deixar o Assentamento, e seus lotes receberam novos assentados. Dessa forma, é possível compreender, como já citado anteriormente, não há local que não exista nenhum tipo de problema, mas, a Associação tem esse objetivo de tentar mediar essas questões, para que as melhores soluções sejam tomadas, desde que tenha a aprovação da maioria. Por fim, quando os depoentes eram indagados sobre como eles se sentiam fazendo parte daquela comunidade e se estavam satisfeitos, todos os depoentes concordaram que estavam satisfeitos e que não possuíam vontade de deixar o Assentamento, como é possível observar em alguns trechos, como esses:

Eu me vejo feliz por ter conseguido alcançar esse objetivo que é trabalhar livremente para mim mesma, sem ter patrões nos dominando e... fico feliz também por ter, de uma certa forma, eu tenho conseguido ajudar o nosso grupo a manter esse... a... algumas atividades, tipo, a luta pela Associação, para que a Associação continue viva (...) trouxe mudança para melhor né, quais? A liberdade para trabalhar livremente, poder desfrutar dos frutos que meu trabalho, que meu suor produz e, a convivência com os demais assentados, a gente tem umas pequenas diferenças, mas aqui a gente é todos amigos, consegue uma convivência boa.²⁷

Não, jamais, aqui foi um desejo do coração da gente, conseguir esse pedaço de terra né, e a gente tá lutando aqui até que Deus dê um dia de vida a mais né, e conseguir alguma coisa, ficar pra família né, se Deus quiser tocar pra frente. (...) Sim, melhorias. Você ter sua terra, você levantar ao amanhecer e ter algo pra fazer, uma atividade, olhar pra você com um olhar diferente, você ter a liberdade de escolher o que você quer fazer na sua terra, plantar, produzir o que você achar melhor.²⁸

²⁷ Narrativa da sra. V. T. G., 47 anos, agricultora e assentada. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currallinho.

²⁸ Narrativa do sr. A. M. B. S.; 58 anos, agricultor e assentado. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Currallinho.

Teve, foi o que eu falei, de primeiro ninguém tinha nem de que andar, hoje em dia a gente já tem uma moto pra andar. Depois que foi desapropriado né, que a gente arrumou esses transportes. Que a gente andava de a pé, aí depois que foi desapropriado, que nem diz a história, não teve mais partilha, o que a gente tirava era pra gente, que a gente conseguiu.²⁹

Portanto, através desses relatos, é possível ter a compreensão de que mesmo com todos os problemas que um Assentamento possa ter, aqueles que realmente querem trabalhar na zona rural escolhem ficar, pois conseguem perceber as melhorias que a desapropriação, neste caso, do Curralinho, trouxe para suas vidas. Melhorias como: ter um transporte para se locomover, ter uma casa, ter terra para trabalhar e criar seus animais, ter o seu sustento e sua família, sem ficar dependendo da boa vontade de patrões. Dessa forma, é possível constatar que a desapropriação do sítio Curralinho desenvolveu bons frutos, onde a função social daquela terra está sendo cumprida, tornando 40 famílias donas de seus lares.

3.3 A HISTÓRIA ATRAVÉS DE IMAGENS

Neste tópico, serão apresentadas fotografias com o intuito de que os leitores conheçam os principais pontos do Assentamento Curralinho e possam se familiarizar com o local, levando em consideração a possibilidade de registrar e divulgar o material, que podem auxiliar trabalhos futuros que algum pesquisador venha a desenvolver. Algumas fotografias utilizadas são de arquivos próprios, outras foram cedidas por terceiros.

Figura 2 – Casa Sede do Curralinho



Fonte: Arquivo pessoal.

²⁹ Narrativa da sra. A. L. F., 56 anos, dona de casa, ex-moradora e assentada. Entrevista realizada em agosto de 2023, por meio de gravação de áudio com o uso de celular, no Assentamento Curralinho.

Figura 3 – Placa referente ao centenário do nascimento de Joel Dantas e Julieta Medeiros



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 4 – Engenho



Fonte: Arquivos de Giseli Farias.

Figura 5 – Engenho: outro ângulo



Fonte: Arquivos de José Laurentino da Silva.

Figura 6 – Engenho: parte interna



Fonte: Arquivos de José Laurentino da Silva.

Nessas primeiras imagens é possível identificar a “Casa Grande” onde hoje funciona a sede da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho (AAAC), quando há alguma reunião ou assembleia estas são realizadas neste espaço. Também é possível identificar o Engenho, que quando está funcionando, serve principalmente, para a fabricação de rapaduras. Essas construções são marcos para o local, onde todos que visitam o Assentamento procuram conhecê-los, pelas suas histórias e pela arquitetura, a qual, infelizmente, não está em bom estado de conservação, mas, possui uma grande beleza. A Figura 3 é referente a uma placa que está presente na entrada da Associação, marcando a centenário do nascimento de seu proprietário, Joel Dantas, e sua esposa, Julieta Medeiros.

Figura 7 – Açude velho



Fonte: Arquivos de Giseli Farias.

Figura 8 – Açude conhecido como: Açude da Paiva ou Açude Novo



Fonte: Arquivos de Giseli Farias.

Essas duas fotografias que mostram os dois dos açudes existentes no local, foram disponibilizadas por Giseli Farias, que é filha de um ex-morador, hoje assentado. A partir dessas imagens é possível identificar os recursos hídricos que lá existem, e que muito contribuem para o funcionamento do local, tendo em vista que a água é um elemento essencial

para as pessoas que trabalham com plantações e criações de animais, atividades que são desenvolvidas no Assentamento, além do próprio consumo humano.

Figura 9 – Antiga Caixa d’água da Casa Sede



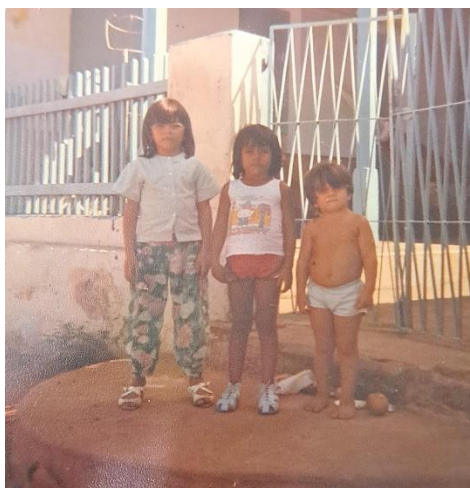
Fonte: Arquivos de Giseli Farias.

Figura 10 – José Adonias e Josefa



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 11 – Ana Angélica, Adilma e Amélia em frente à Casa Sede



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 12 – Edivaldo e Ana Angélica



Fonte: Arquivo pessoal.

As figuras 10, 11 e 12 são de arquivos pessoais, trata-se de José Adonias que foi administrador do local por muitos anos no período em que Joel Dantas ainda estava vivo, e sua esposa, Josefa, que trabalhou como professora no local. Nas fotografias, é possível identificar o Edivaldo Pereira, que era genro de José Adonias, e três de suas quatro filhas, que são Ana Angélica, Adilma e Amélia. Essas crianças viveram suas infâncias no Currálinho, pois como sua família estavam sempre presentes no local, elas acabavam participando das atividades do dia a dia da Fazenda, antes que esta fosse desapropriada para Reforma Agrária.

Figura 13 – Escola Municipal do Curralinho



Fonte: Arquivos de Tico de França.

Na figura 13, é possível identificar a fachada da Escola Municipal do Curralinho, onde a Secretaria de Educação do Município de Paulista – PB quem cuida de seu funcionamento. Por ser uma escola da zona rural, funciona o ensino infantil e os anos iniciais, ou seja, até o 5º ano. Quando os alunos começam a cursar o 6º ano, devem se deslocar para a cidade para que possam estudar, concluindo o ensino fundamental e médio.

Figura 14 – Entrada do Assentamento



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 15 – Casas da Agrovila



Fonte: Arquivo pessoal.

Nas figuras 14 e 15 é possível identificar a entrada do Assentamento, que, como já se apontou, fica localizado na rodovia PB 293, distante cerca de 3km da zona urbana da cidade de Paulista. Também é possível identificar as primeiras habitações do Assentamento, que pertencem a Agrovila. Como é possível identificar na imagem, dentro do Assentamento não há asfalto, sendo uma estrada de terra, que causa muitos problemas na circulação de carros e motos nos períodos chuvosos, em decorrências dos buracos que são formados.

Portanto, a partir dessas figuras, é possível conhecer um pouco mais do Assentamento Curralinho, além disso, é possível analisar as estruturas arquitetônicas, como a Casa Sede e o Engenho. Além disso, com a análise das imagens compreende-se que é uma terra que possui muito potencial, e que isto foi verificado pelo INCRA no ato da desapropriação. Ademais, espera-se que este trabalho possa abrir espaço para que outras pesquisas relacionadas ao Curralinho possam ser desenvolvidas, e assim, trazer mais contribuições acerca da História do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar quais motivos levaram para que uma determinada propriedade, Curralinho, localizada no Alto Sertão Paraibano, fosse desapropriada, levando em consideração as mudanças que tal fato acarretou a vida dos trabalhadores rurais que já habitavam no local e os que vieram de outras localidades, e juntos foram assentados.

Como é apresentado no livro “O Arrayal Queimado do Paulista” do autor Guttemberg Farias, o Curralinho foi uma propriedade que surgiu no mesmo período em que o território, que atualmente pertence ao município de Paulista – PB, estava sendo povoado pelos desbravadores do sertão. O autor do livro sustenta que este colonizador de Paulista seria Domingos Jorge Velho. Apesar de buscar analisar a história do município, o autor não se debruça de forma eficiente sobre o Curralinho e a sua desapropriação. Com isso, fez-se necessário a realização desta pesquisa para historicizar o local e a ação dos assentados.

No primeiro capítulo, buscou-se fazer um apanhado geral sobre as origens da concentração fundiária no Brasil, quais as origens da enorme concentração de terra que viabilizou os latifúndios existentes no país. Além disso, buscou-se analisar, dialogando com autores que estudam a temática, sobre a organização dos trabalhadores rurais para que pudessem ter acesso à terra e conseqüentemente a trabalho. Esses trabalhadores rurais organizaram-se a partir de entidades religiosas e de movimentos sociais, ocasionando inúmeros conflitos entre essa classe e os detentores do poder, que neste caso, seriam os latifundiários. Esses conflitos perduram até os dias atuais, ocasionando conflitos, expulsões e mortes.

No segundo capítulo, buscou-se analisar as relações de trabalho praticadas no Curralinho a partir de 1981, que se caracterizava pela prática da moradia, onde casas eram disponibilizadas para trabalhadores rurais e um pedaço de terra para que estes pudessem plantar, mas, tudo que era produzido deveria ser dividido com o patrão. Também foi possível analisar o processo de desapropriação do local, que teve iniciativa a partir de um dos herdeiros do local, fazendo com que posteriormente movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) organizassem trabalhadores rurais de outros municípios do Alto Sertão Paraibano para conhecerem o local e houvesse uma sistematização para que fossem assentados no local, mesmo que órgãos locais do município de Paulista – PB se opusessem a essa migração.

São inúmeros os impactos que estão sendo gerados com a criação de Assentamento, e que são apresentados por autores e pesquisas que contribuíram para esta pesquisa. Esses impactos caracterizam-se como sendo: populacionais, econômicos, ambientais e sociais. Com isso, através da pesquisa aqui apresentada, pois possível perceber que a desapropriação do

antigo sítio e a criação de um Projeto de Assentamento (PA), Curralinho, trouxe inúmeros benefícios para a vida dos trabalhadores rurais que vieram a ser assentados no local, como foi possível observar e analisar através das entrevistas realizadas e analisadas no terceiro capítulo. Neste terceiro capítulo ainda buscou-se problematizar a criação do PA e como estes trabalhadores rurais que estavam vivendo nos locais foram se organizando em acampamento até que suas habitações pudessem ser construídas. Além disso, também foi discutido a fundação da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho, bem como a importância de tal Instituição para que haja um bom funcionamento do local.

A partir deste trabalho foi possível perceber que entre os anos de 1981, ano em que Joel Dantas faleceu e o ano de 2003, ano em que a propriedade veio a ser desapropriada pelo INCRA, o local acabou dando continuidade ao sistema de moradores, possuindo gerentes que deveriam organizar o local e os trabalhadores rurais que lá residiam. Do ano de 2003 ao ano de 2023, ano em que a pesquisa começou a ser sistematizada, percebe-se alterações no local, como a terra passar a cumprir sua função social, pois 40 famílias estão produzindo para terem seu sustento. Ainda é possível acrescentar que esta pesquisa pode ouvir os assentados, uma vez que estes tiveram um importante papel e contribuição na sua realização. Essa desapropriação passou a dar um novo significado para o Curralinho, dando oportunidade que diversos trabalhadores rurais tenham direitos básicos, como moradia e alimentação.

Portanto, a partir da pesquisa realizada e das contribuições teóricas dos autores com que se dialogou, foi possível perceber que realmente há uma concentração de terras no Brasil, bem como na Paraíba, mas que aos poucos este cenário está mudando por meio da desapropriação de terras, como aconteceu no Curralinho. Ademais, observasse-se que a criação do PA acabou gerando inúmeros benefícios para as famílias assentadas, como uma vida digna com terra para trabalhar, moradia, alimentos, aquisição de bens materiais, pois para os agricultores “a terra é mais do que terra, a terra é vida” (Santos, p.32, 2011).

FONTES**ATAS DE REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO CURRALINHO (AAAC PAULISTA – PB)**

ATA da Fundação da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho – AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 20 de agosto de 2003.

ATA da Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 22 de abril de 2004.

ATA da Assembleia Extraordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho. AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 10 de maio de 2004.

ATA da Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 17 de junho de 2004.

ATA da Assembleia Geral da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 28 de junho de 2004.

ATA da Assembleia Ordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 13 de fevereiro de 2005.

ATA da Assembleia Ordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 06 de março de 2005.

ATA da Assembleia Extraordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 29 de maio de 2005.

ATA da Assembleia Extraordinária de eleição da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 10 de agosto de 2005.

ATA da Assembleia Extraordinária de posse da diretoria da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 20 de agosto de 2005.

ATA da Assembleia Ordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 04 de setembro de 2005.

ATA de Assembleia Ordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 09 de outubro de 2005.

ATA de Reunião Extraordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 15 de novembro de 2005.

ATA da Assembleia Ordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 08 de janeiro de 2006.

ATA de Reunião Ordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 08 de abril de 2006.

ATA da Assembleia Ordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 07 de maio de 2006.

ATA da Assembleia Ordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 09 de julho de 2006.

ATA de Reunião Extraordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 06 de setembro de 2006.

ATA da Assembleia Ordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 03 de dezembro de 2006.

ATA de Reunião Extraordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 11 de dezembro de 2006.

ATA da Assembleia Extraordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 12 de dezembro de 2006.

ATA da Assembleia Extraordinária da Associação dos Agricultores do Assentamento Curralinho AAAC Paulista – PB. Realizada no dia 27 de março de 2007.

DOCUMENTOS

CPT SERTÃO – PB. Relatório da luta pela terra das famílias acampadas na Fazenda Curralinho – Paulista – PB, 2003.

INCRA. Superintendência Regional do INCRA/ SR – 18/ PB. Criação de Projeto de Assentamento / No Imóvel /Curralinho; Município de Paulista / PB; MEMO SR – 18 / T nº 10/2003.

INCRA. Vistoria e Avaliação do Imóvel Rural Denominado “Fazenda Curralinho”, 2002.

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL. Auto de Imissão de Posse, processo nº 2002.82.01.006990-8, 2003.

POMBAL, Cartório Cel. João Queiroga. Registro de imóvel: Ação de desapropriação, registrado no livro 2-AS, nº 2002.82.01.006990-8 às fls 55, em 14 de fevereiro de 2003.

ENTREVISTAS

FARIA, Ambrosina Lucia: depoimento [ago. 2023]. Entrevistadora: Ana Júlia Dantas de Sousa, 2023, (14 min). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

GERMANO, Valdenora Trajano: depoimento [ago. 2023]. Entrevistadora: Ana Júlia Dantas de Sousa, 2023, (21 min). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

OLIVEIRA, Margarida Dantas de: depoimento [out. 2023] Entrevistadora: Ana Júlia Dantas de Sousa, 2023, (27 min). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

PEREIRA, José Manuel: depoimento [ago. 2023]. Entrevistadora: Ana Júlia Dantas de Sousa, 2023, (14 min). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

RAMOS, Jocelio de Sousa: depoimento [ago. 2023]. Entrevistadora: Ana Júlia Dantas de Sousa, 2023, (15 min). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

SOUSA, Antônio Marios Batista de: depoimento [ago. 2023]. Entrevistadora: Ana Júlia Dantas de Sousa, 2023, (23 min). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

SOUSA, Jacineide Alves de: depoimento [ago. 2023]. Entrevistadora: Ana Júlia Dantas de Sousa, 2023, (17 min). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

SITES E BLOGS

Página do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Trabalho e Educação, da Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <https://www.instagram.com/nupeht?igsh=eWxrbHg3Mnk4N2ly>. Acesso em 17/01/24.

Site Agência Brasil. Governo vai retomar programa de Reforma Agrária: Anúncio foi feito pelo ministro Paulo Teixeira. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/governo-vai-retomar-programa-de-reforma-agraria>. Acesso em 22/08/23.

Site G1. Com Salles na relatoria, Câmara instala CPI para investigar invasões de terras pelo MST. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/17/camara-instala-cpi-para-investigar-atuacao-do-mst.ghtml>. Acesso em: 22/08/23

Site Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: STEDILE desnuda circo da CPI do MST para criminalizar 500 mil famílias assentadas. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/08/17/stedile-desnuda-circo-da-cpi-do-mst-para-criminalizar-500-mil-familias-assentadas/>. Acesso em: 22/08/23.

Site Prepara Enem. Formas de Trabalho Rural no Brasil. Disponível em:
<https://www.preparaenem.com/geografia/formas-trabalho-rural-brasil.htm>, Acesso em
26/02/24.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. Questão Agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 36, p. 69–95, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/426>. Acesso em: 14/09/23.

BARROS, J. D. A. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH – Revista de História da UFOP**, n. 15, 2005.

BARROSO, L. A. **O direito agrário na constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2005.

CEZAR, F. G. O processo de elaboração da CLT: Histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. 7.ed. 2008.

DABAT, C. R. **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais / Christine Rufino Dabat. – 2. ed. rev. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DELGADO, L. A. N. **História oral - memória, tempo, identidades**. – 2.ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIAS, J. V. **Transformações da grande propriedade rural e do sistema de moradia no sertão paraibano**: entre velhas estruturas de dominação e novos contornos de resistência. / Janine Vicente Dias. – Campina Grande, 2020.

FARIAS, G. P. **O ARRAYAL QUEIMADO DO PAULISTA**. – 1.ed. – Recife: Edição do Autor, 2018.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Biblioteca Digital**, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564>. Acesso em: 27/08/23

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/BernardoFernandes2/publication/265995351_Brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_1/links/546e25300cf29806ec2e8cf6/Brasil-500-anos-de-lutapela-terra-1.pdf. Acesso em 22/08/23.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition, 2012.

FERREIRA, D. de S. **Aspectos da questão agrária na Paraíba: ocupações, assentamentos e impactos territoriais da Reforma Agrária (1984 a 2013)** / Denise de Sousa Ferreira. – João Pessoa, 2016.

FREITAS, S. M. **História oral: possibilidades e procedimentos**. – 2.ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FRIGOTTO, G. “Cabra marcado para morrer”, sessenta anos depois: a infâmia do latifúndio contra os que lutam pelo direito à terra e à vida. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 1 – 9, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53203/31529>. Acesso em: 15/10/23.

GOHN, M. da G. **História dos Movimentos e lutas sociais: A Construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo. Edições Loyola, 1995.

MARTINS, J. S. Reforma Agrária - o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**. São Paulo, p. 97 – 128, out., 1999.

MONTENEGRO, A. T. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (vol. 3): Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964) (vol. 3)**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003.

MOREIRA, E. de R.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, E.; TARGINO, I.; IENO NETO, G. ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA: CAMINHOS E ARMADILHAS DAS FORMAS ASSOCIATIVAS. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 3, p. 45–57, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i3.1483. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1483>. Acesso em: 11 abr. 2024.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, G. S. de. **Caminhos da Reforma Agrária: O processo histórico da Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano, da luta pela terra a Luta na terra (1985 – 2012)**. / Giordan Silva de Oliveira. – João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, H. 1 Vídeo (3min26s). Programa Paraíba Rural no Assentamento Curralinho - Unidade de Beneficiamento de Cana-de-Açúcar. **Publicado pelo canal Heloisa Oliveira**, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y9rU1KbVsEA>>. Acesso em: 18/09/21.

OLIVEIRA, M. C. **Uma experiência de Reforma Agrária no Brasil: Um sonho possível?!** A luta dos trabalhadores do assentamento Prefeito Celso Daniel em Macaé (RJ) pelo direito a terra. / Marcelo Costa de Oliveira – Rio das Ostras, 2011.

OLIVEIRA, S. R.; MIRANDA, R. S. Luta pela terra e processo de Reforma Agrária no Sertão Paraibano. **Revista Ciência & Trópico**, v. 43, n. 2, p. 111-124, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1857/pdf>. Acesso em: 14/09/23.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200 – 212, 1992.

STÉDILLE, J. P. (org.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade – UFRGS, 1994.

VISENTINI, P. “A Guerra Fria”. In: REIS FILHOS, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.) **O Século XX**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v.2, p. 195 – 226, 2000.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Roteiro utilizado como Instrumento de Coleta de Dados para a pesquisa intitulada “Curralinho (PB), de sítio a assentamento de reforma agrária: memória e relações de trabalho no Alto Sertão paraibano (1981 – 2023)”, desenvolvida pela discente Ana Júlia Dantas de Sousa, tendo como orientadora Prof.ª Dr.ª Ana Lunara da Silva Morais.

ROTEIRO ENTREVISTAS – PESSOAL QUE VIERAM DE OUTRAS CIDADES

1. Como foi sua infância?
2. Em qual cidade você vivia?
3. Você sempre trabalhou na zona rural?
4. Como era sua vida antes de ser assentado(a) no Curralinho?
5. Como você se envolveu com questões de luta pela terra?
6. Você já havia participado ou ficado sabendo da criação de algum Assentamento no sertão paraibano?
7. Como você acabou vindo para Paulista – PB?
8. A propriedade foi desapropriada? Você teve alguma participação nesse processo? Quais as dificuldades enfrentadas?
9. Houve algum tipo de ocupação?
10. Como as famílias foram organizadas?
11. Houve algum conflito nesse processo?
12. Vocês receberam apoio de algum órgão do governo?
13. A prefeitura ajudou ou ajuda de alguma forma o assentamento? De que forma?
14. Você consegue estabelecer alguma diferença da vida que você tinha antes para agora? Qual?
15. Como é a vida no assentamento? Quais as atividades são desenvolvidas?
16. As famílias têm acesso à saúde, educação, trabalho, alimentação, crédito, ou outro tipo de assistência?
17. Quais são os maiores problemas enfrentados pelas famílias assentadas atualmente?

18. Existem problemas entre as famílias no Assentamento atualmente? Quais?
19. Como você se vê enquanto parte integrante dessa comunidade?
20. Possui algum desejo de deixar o assentamento?
21. O assentamento trouxe mudanças para sua vida? Se sim quais?
22. Se você pudesse mudar algo no Assentamento, o que seria?

ROTEIRO ENTREVISTAS – ANTIGOS MORADORES DA PROPRIEDADE

1. Como foi sua infância?
2. Você sempre morou no Curalinho?
3. Quem era o proprietário? Qual a sua relação com este?
4. Quais eram as condições de trabalho que havia aqui?
5. Quais as condições você estabelecia para morar na propriedade?
6. O que você achava de trabalhar dessa forma?
7. A propriedade foi desapropriada? O que aconteceu para que isso viesse acontecer?
Como esse processo aconteceu?
8. Qual foi sua participação nesse processo? Como você acabou se envolvendo?
9. Houve algum tipo de ocupação?
10. Como as famílias foram organizadas?
11. Houve algum conflito nesse processo?
12. Vocês receberam apoio de algum órgão do governo?
13. A prefeitura ajudou ou ajuda de alguma forma o assentamento? De que forma?
14. Antes da desapropriação, você já havia ouvido falar algo sobre reforma agrária, luta pela terra ou movimento dos trabalhadores rurais?
15. Como foram escolhidas as pessoas que viriam morar aqui?
16. Você consegue estabelecer alguma diferença da vida que você tinha antes para agora?
17. Como é a vida no assentamento? Quais as atividades desenvolvidas?
18. As famílias têm acesso à saúde, educação, trabalho, alimentação, crédito, ou outro tipo de assistência?
19. Quais são os maiores problemas enfrentados pelas famílias atualmente?
20. Existem problemas entre as famílias no Assentamento atualmente? Quais?
21. Como você se vê enquanto parte integrante desse movimento?
22. Possui algum desejo de deixar o assentamento?
23. O assentamento trouxe mudanças para sua vida? Se sim, quais?

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário(a) no estudo **CURRALINHO (PB), DE SÍTIO A ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: MEMÓRIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO ALTO SERTÃO PARAIBANO (1981 – 2023)**, desenvolvido pela discente Ana Júlia Dantas de Sousa, coordenado pela professora **Ana Lunara da Silva Moraes**, como pré-requisito para produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e vinculado ao curso de **Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais**.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo **apreender e sistematizar, por meio de entrevistas, as memórias vividas por sujeitos históricos que participaram do processo de Desapropriação do assentamento Curralinho que fica localizado na cidade de Paulista – PB**. E se faz necessário por contribuir com a História do local e dos sujeitos que são envolvidos com a luta pelo direito à terra, historicizando um acontecimento que trouxe mudanças para o local e para a vida dos assentados.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguintes(s) procedimentos: **conceder uma entrevista, onde possa fornecer informações sobre os acontecimentos vinculados ao Assentamento, mais especificamente com relação ao processo de Desapropriação**. Os riscos envolvidos com sua participação são: **a princípio, não existem riscos na participação da referida pesquisa, mas, como trata-se de uma pesquisa que**

envolve seres humanos, e como será realizado entrevistas, pode acontecer do participante voluntário não se sinta à vontade ou mesmo constrangido com alguma pergunta, mas, é importante salientar que a referente pesquisa está pautada com responsabilidade e ética, buscando sempre o bem-estar dos envolvidos. Os benefícios da pesquisa serão: Colaborar para a produção de uma memória histórica sobre a desapropriação do assentamento e as respectivas mudanças que tal acontecimento acabou desenvolvendo, onde esses sujeitos poderão enxergar o reconhecimento da importância que o local e os assentados possuem, tentando afastar a predefinição de movimentos de resistência vinculados a marginalização, além do mais, contribui para a produção historiográfica da cidade de Pauista – PB.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a ANA JÚLIA DANTAS DE SOUSA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ana Júlia Dantas de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Endereço Pessoal: Belarmino Fernandes de França, s/n.

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, s/n.

Horário disponível: 08:00 as 17:00

Telefone: 83996068901

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras – PB; CEP: 58.900-000;

Email: cepefpufegcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

PAULISTA – PB, 07/10/23

Margarida Santos de Oliveira

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Ana Júlia Dantas de Sousa

Ana Júlia Dantas de Sousa

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ana Júlia Dantas de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Endereço Pessoal: Belamino Fernandes de França, s/n.

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, s/n.

Horário disponível: 08:00 as 17:00

Telefone: 83996068901

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras – PB; CEP: 58.900-000;
Email: cepcfpufcgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

PAULISTA – PB, 06/08/23

Sérgio Moreira Figueiredo

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Ana Júlia D. de Sousa

Ana Júlia Dantas de Sousa

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ana Júlia Dantas de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Endereço Pessoal: Belarmino Fernandes de França, s/n.

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, s/n.

Horário disponível: 08:00 as 17:00

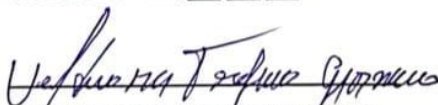
Telefone: 83996068901

Dados do CEP

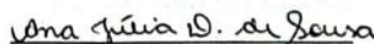
Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras – PB; CEP: 58.900-000;
Email: cepefpufcgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

PAULISTA – PB, 06/03/23



Assinatura ou impressão/datiloscópica do voluntário ou responsável legal



Ana Júlia Dantas de Sousa

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ana Júlia Dantas de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Endereço Pessoal: Belarmino Fernandes de França, s/n.

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, s/n.

Horário disponível: 08:00 as 17:00

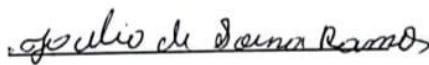
Telefone: 83996068901

Dados do CEP

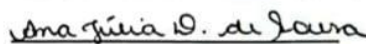
**Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras – PB; CEP: 58.900-000;
Email: cecfpufegcz@gmail.com**

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

PAULISTA – PB, 06/08/23



Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal



Ana Júlia Dantas de Sousa

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ana Júlia Dantas de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Endereço Pessoal: Belarmino Fernandes de França, s/n.

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, s/n.

Horário disponível: 08:00 as 17:00

Telefone: 83996068901

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras – PB; CEP: 58.900-000;

Email: cepefpufcgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

PAULISTA – PB, 07/03/23

Sérgio Moreira Figueiredo

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Ana Júlia D. de Sousa

Ana Júlia Dantas de Sousa

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ana Júlia Dantas de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Endereço Pessoal: Belarmino Fernandes de França, s/n.

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, s/n.

Horário disponível: 08:00 as 17:00

Telefone: 83996068901

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras – PB; CEP: 58.900-000;
Email: cepcfpufcgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

PAULISTA – PB, 07/08/23

ANTÔNIO MARCOS BATISTA DE SOUSA Ana Júlia D. de Sousa

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Ana Júlia Dantas de Sousa

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ana Júlia Dantas de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Endereço Pessoal: Belarmino Fernandes de França, s/n.

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, s/n.

Horário disponível: 08:00 as 17:00

Telefone: 83996068901

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras – PB; CEP: 58.900-000;

Email: cecfpufcgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

PAULISTA – PB, 07/08/23

Belarmino Fernandes de França

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Ana Júlia D. de Sousa

Ana Júlia Dantas de Sousa